

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA MESTRADO PROFISSIONAL

Gestão em Organizações Aprendentes

Marillia Gabriella Duarte Fialho

A EVASÃO ESCOLAR E A GESTÃO UNIVERSITÁRIA: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Marillia Gabriella Duarte Fialho

A EVASÃO ESCOLAR E A GESTÃO UNIVERSITÁRIA: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão em Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão em Organizações Aprendentes.

Orientadora: Prof^a Dr^a Emília Maria da Trindade Prestes

João Pessoa - PB

F438e Fialho, Marillia Gabriella Duarte.

A evasão escolar e a gestão universitária: o caso da Universidade Federal da Paraíba / Marillia Gabriella Duarte Fialho.- João Pessoa, 2014.

106f.

Orientadora: Emília Maria da Trindade Prestes

Dissertação (Mestrado) – UFPB/ CCSA

1. Gestão organizacional. 2. Gestão universitária. 3. Ensino superior. 4. Evasão – UFPB.

UFPB/BC CDU: 334:658(043)

Marillia Gabriella Duarte Fialho

Dissertação aprovada em/
BANCA EXAMINADORA
Prof ^a . Dr ^a . Emília Maria da Trindade Prestes – UFPB ORIENTADORA Jenna do Tenna
Prof°. Dr°. Hemilio Fernandes Campos Coelho COORIENTADOR
Prof. Dr. Dietmar Pfeiffer EXAMINADOR

Prof°. Dr°. Isaac Almeida de Medeiros EXAMINADOR

À Maria Cecíllia e a Waldez de Macedo, meus amores, minha vida, por terem acreditado, junto comigo, que é possível realizar um sonho como este de ser mestre, pois mesmo diante de tantos momentos de privações, dediquei-me de todo coração àquilo que acredito ser o futuro da nação, a educação. À Josefa Nilda Duarte Queiroz e Zózimo Porfirio da Silva "Zoba", fonte de minha persistência e honestidade diante das dificuldades.

AGRADECIMENTOS

A Deus

Pela sua infinita bondade e misericórdia para comigo e minha família. Fortaleza para as minhas dificuldades e inseguranças durante os caminhos da vida.

À família

Pelo apoio emocional, sentimental, físico e principalmente pelo amor incondicional que me foi dado, passando segurança e a certeza de que estou no caminho certo. Minha família, minha base, Josefa Nilda, Zózimo Porfirio, Mirelly Gracielly e João Neto. Cada um com a sua luta diária, diante de muitos percalços e dificuldades, mas nunca deixamos de nos apoiar, cada um a sua maneira, sempre repleto de amor e bondade. A Waldez de Macedo e Maria Cecíllia, a família que Deus escolheu para mim e que sou grata todos os dias por ter constituído um lar alicerçado no amor, respeito, confiança e honestidade. A eles todo o meu amor mais puro e sincero.

Aos amigos

Amigos de longas datas, que acompanharam e compartilharam de todos os momentos da minha vida. Amigos novos, advindos do trabalho, dos estudos e que se tornaram especiais, cada um na sua essência. Sem citar nomes quero deixar aqui a minha homenagem a todos os eternos "amigos do coração".

Emília

Que na sua infinita sabedoria, me orientou, não só na vida acadêmica, mas na vida pessoal e profissional. Compreendendo os meus medos, incertezas, torcendo com as minhas conquistas, me ajudando quando não estava no caminho certo. E que diferentemente do que ela diz que "A relação de orientador e orientando é de amor e ódio", na nossa relação de pouco mais de dois anos, tirei apenas coisas boas que quero levar para a vida. Obrigada!

Aos professores

Nessa caminhada em busca de dados para uma melhor compreensão do espaço da universidade e do contexto da evasão escolar, surgiram em meu caminho professores especiais e atenciosos como é o caso do professor Marcelo Sobral da Silva, que dedicou tempo para me repassar informações relevantes para o enriquecimento deste trabalho; os professores Hemílio Fernandes Campos Coelho e Camila Ravena de Oliveira, pelo apoio e confiança em me fornecer dados que foram cruciais para a pesquisa; Dietmar Pfeiffer, pelo seu interesse e contribuição para a feitura deste trabalho, um professor de uma delicadeza e atenção admiráveis. Obrigada!

Nós dizemos frequentemente: Não tenho tempo! Estamos ocupados com o trabalho do lar, com o trabalho profissional e, com as inumeráveis tarefas que enchem nossa agenda. Com frequência cremo-nos dispensados da oração diária. Fazemos muitas coisas importantes, isso sim, mas corremos o risco de esquecer a mais necessária: a oração. Devemos criar um equilíbrio para fazer umas sem desatender as outras. Evangelho de Marcos 1, 29-39.

FIALHO, Marillia Gabriella Duarte. **A Evasão Escolar e a Gestão Universitária**: O Caso da Universidade Federal da Paraíba. 2014. 106 p. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

RESUMO

Esta dissertação possui como objeto de estudo o fenômeno da evasão no ensino superior e seus impactos na gestão institucional. Com base na literatura existente sobre o assunto, partiu-se da compreensão de que a evasão é um fenômeno macrossocial, abrangente, internacional, heterogêneo e que provoca impactos negativos nos indivíduos, na sociedade e na gestão educacional. A literatura também mostrou que, até o presente, não existe ainda uma maneira eficiente de combate a esse fenômeno. A instituição educacional e a sociedade devem procurar estratégias para minimizar as taxas de evasão registradas nas organizações de ensino, sobretudo nas IES. Com base nestas informações e em dados estatísticos existentes em censos nacionais e internacionais, a presente pesquisa voltou-se, de forma específica, para o estudo da evasão escolar nos cursos de graduação presencial do ensino superior na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tratando de identificar as manifestações da evasão escolar, no período de 2007 a 2012, e quais os seus impactos na gestão universitária. O presente estudo se classifica como pesquisa descritiva e para responder os objetivos, utilizou métodos mistos - qualitativos e quantitativos - bem como diferentes instrumentos de coletas: entrevistas com questões abertas e estruturadas, gravação de áudio. Para efetuar o estudo empírico, selecionou-se uma amostra de onze gestores da UFPB que compuseram a parte qualitativa e a da análise das entrevistas utilizou a análise de conteúdo. Para a parte quantitativa foram considerados as seguintes variáveis: as taxas de evasão, ano, investimentos, e prejuízos. Na análise dos dados utilizaram-se métodos estatísticos descritivos: médias, porcentagens, desvio padrão e coeficiente de variação. O tipo de pesquisa é de natureza longitudinal retrospectiva. Como resultados da pesquisa, foi possível identificar e classificar prejuízos econômicos e sociais, destacadas pelos gestores da UFPB, no período em que utilizava o REUNI. As perdas econômicas da UFPB, motivadas pela evasão escolar, giraram em torno de R\$ 415 milhões, ocasionando prejuízos significativos para o orçamento da universidade. Quanto às perdas sociais, a evasão contribui para a UFPB ser identificada como uma instituição que não cumpre a contento o seu papel social: de formar pessoas qualificadas para contribuir para a sociedade e seus processos de socialização e nem com a qualificação de pessoas para o mercado de trabalho e para o atual modelo de desenvolvimento.

Palavras Chaves: Gestão Universitária. Ensino Superior. Evasão na UFPB.

FIALHO, Marillia Gabriella Duarte. **A Evasão Escolar e a Gestão Universitária**: o caso da Universidade Federal da Paraíba. 2014. 106 p. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.

ABSTRACT

The present thesis aims to study the phenomenon of dropout in higher education and its impacts on the institutional management. Based on the current literature about the theme, it conceptualizes drop out as a macro social phenomenon extensive, international and heterogeneous, which provokes negative impacts on individuals, society and educational management. The literature also pointed out that so far there isn't yet an efficient way to combat this phenomenon. Educational institutions and the society must search for a strategy to minimalize the rates of registered drop out in the education organizations, among of all in the higher education institutions. Based on this information and on statistical data provided by national and international census, the current research is directed specifically to the study of drop out in graduation courses of higher education at the Federal University of Paraíba (UFPB), identifying the manifestations of student's drop out at UFPB in the period from 2007 to 2012 and its impacts on the academic management. The current study can be considered as a type of descriptive research. In order to attempt its objectives, a mixed methods approach (quantitative and qualitative) and different instruments of data collection have been used, such as: interviews with opened and structured questions and audio recording. To carry out the qualitative part of the empirical study a sample of eleven managers from UFPB was selected. Their answers have been analyzed by the content analyses method. For the analyses of the quantitative data there were used descriptive statistical methods. such as: dropout rates, year, investments, and losses. There have been calculated means, percentages, standard deviation and coefficient of variation. The research design assumes the nature of a retrospective longitudinal research. As results of the research, it was possible to identify and classify economic and social losses, highlighted by the managers of the UFPB in the period "REUNI". The economic losses of UFPB motivated by the student's dropout are around R\$ 415 million causing a negative impact on the university budget. About the social losses, the drop out effectuate that the UFPB is identified as an institution that doesn't fulfill its social role: to form qualified people to contribute with the society and its process of socialization and with the qualification of people for the labor market and the current model of development.

Key words: University management; Higher Education; Dropout at UFPB.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

ABMES Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

ADUFPB Associação dos Docentes da UFPB

CBIOTEC Centro de Biotecnologia

CCA Centro de Ciências Agrárias

CCAE IV Centro de Ciências Aplicadas e Educação
CCEN Centro de Ciências Exatas e da Natureza

CCHL Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CCHSA II Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias

CCJ Centro de Ciências Jurídicas
 CCM Centro de Ciências Médicas
 CCS Centro de Ciências da Saúde

CCSA Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

CCSD Clark Country School District

CCTA Centro de Comunicação, Turismo e Artes

CE Centro de Educação

CEAR Centro de Energias Alternativas e Renováveis

CI Centro de Informática
CONSUNI Conselho Universitário

CPME Coordenação Permanente de Melhoria do Ensino

CT Centro de Tecnologia

CTDR Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional

DP Desvio Padrão

EUA Estados Unidos da América

HULW Hospital Universitário Lauro Wanderley

IDH Índice de Desenvolvimento Humano

IES Instituição de Ensino Superior

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOA Lei Orçamentária Anual

MEC Ministério da Educação e Cultura

NAEPE Núcleo Avançado em Experimentação e Pesquisas Estatísticas

NCES Centro Nacional para Estatísticas da Educação

NTI Núcleo de Tecnologia da Informação

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU Organização das Nações Unidas

OSEP Departamento Especial de Educação

PDE Plano de Desenvolvimento Educacional
PDI Plano de Desenvolvimento Institucional

PIB Produto Interno Bruto

PSTV Processo Seletivo para Transferência Escolar Voluntária

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE Plano Nacional de Educação

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPPI Programa Pesquise Pense e Inove

REUNI Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU Sistema de Seleção Unificada

TCU Tribunal de Contas da União
 UFBA Universidade Federal da Bahia
 UFPB Universidade Federal da Paraíba

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Trajetória de sucesso do discente	19
Figura 2	Modelo do processo de evasão	46

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I	Dados relativos à educação básica internacional	22
Tabela 2	Classificação dos gestores entrevistados da UFPB	35
Tabela 3	Principais consequências da evasão escolar e suas	
	manifestações no âmbito discente	56
Tabela 4	Total de Cursos e Ingressantes por Centro – UFPB	
	2007-2012	60
Tabela 5	Valor financeiro anual por estudante na UFPB 2007-2012	61
Tabela 6	Investimento anual realizado pela UFPB 2007-2012	61
Tabela 7	Indicadores de evasão por Centro	71
Tabela 8	Impacto do REUNI	72
Tabela 9	Perda anual causada pela evasão na UFPB em milhões de	
	2007-12 (valores nominais)	74
Tabela 10	Evolução do orçamento da UFPB em milhões de R\$ 2007 – 2012	
	(valores nominais)	75

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Área de atuação dos gestores docentes		
Gráfico 2	Evasão geral na UFPB (2007-2012) em %	64	
Gráfico 3	Evasão por Campus (2007-2012) em %	64	
Gráfico 4	Evasão no Centro de Ciências Exatas e da Natureza	65	
Gráfico 5	Evasão no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes	65	
Gráfico 6	Evasão no Centro de Ciências Aplicadas e Educação	66	
Gráfico 7	Evasão no Centro de Ciências Médicas	66	
Gráfico 8	Evasão no Centro de Ciências Jurídicas	67	
Gráfico 9	Evasão no Centro de Ciências Sociais e Aplicadas	67	
Gráfico 10	Evasão no Centro de Educação	68	
Gráfico 11	Evasão no Centro de Tecnologia	68	
Gráfico 12	Evasão no Centro de Ciências da Saúde	69	
Gráfico 13	Evasão no Centro de Ciências Agrárias	69	
Gráfico 14	Evasão no Centro de Informática	69	
Gráfico 15	Evasão no Centro de Comunicação, Turismo e Artes	69	
Gráfico 16	Evasão no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias	70	
Gráfico 17	Evolução da perda econômica da UFPB em % do Orçamento		
	2007-2012	75	
Gráfico 18	Orçamento e perdas da UFPB 2007 - 2012 em milhões de		
	R\$ (valores nominais)	76	
Gráfico 19	Principais prejuízos	84	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Possíveis causas da evasão escolar, na perspectiva	43
	de diversos autores	
Quadro 2	Explicação da fórmula de perda anual	73

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01	Perguntas norteadoras da entrevista	102
Anexo 02	Quadro XXVII - cursos de graduação da UFPB - 2013	103

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES ÍNDICE DE FIGURAS ÍNDICE DE TABELAS ÍNDICE DE GRÁFICOS LISTA DE QUADROS LISTA DE ANEXOS

1 INTRODUÇAO	19
1.1 Apresentação do problema	19
1.2 Delimitação do problema	21
1.3 Evasão escolar na esfera internacional e nacional	. 22
1.3.1 Evasão escolar em âmbito internacional	22
1.3.2 Evasão em âmbito nacional.	. 23
1.4 Estrutura da dissertação.	. 24
1.5 Objetivos da pesquisa	. 25
1.5.1 Objetivo geral	. 26
1.5.2 Objetivos específicos	. 26
1.6 Revisão da literatura	. 27
2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	20
2.1 Tipo de pesquisa	
2.2 Métodos e técnicas de coleta de dados	
2.3 Métodos de cálculo de evasão	. 31
2.3.1 Taxas de evasão	. 31
2.3.2 Evasão por níveis de agregamento	. 33
2.4 Universo e amostra	. 34
2.5 Sujeitos da pesquisa	. 35
2.6 Análise dos dados	. 36
2.7 Fontes bibliográficas	. 37
3 EVASÃO ESCOLAR E O ENSINO SUPERIOR	38
3.1 Definição de evasão escolar	
-	
3.2 Conceitualização da evasão escolar na Educação Superior	
3.2.1 Modalidades da evasão escolar	. 39

7 REFERÊNCIAS	01
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES	86
5.3 Sugestões de melhorias na perspectiva dos gestores	84
5.2.2 Prejuízos econômicos e sociais para a sociedade	
5.2.1 Prejuízos sociais para a UFPB	
5.2 Prejuízos econômicos para a UFPB	
5.1 Análise dos resultados	
5 CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO PARA A GESTÃO UNIVERSITÁRIA	
4.6 Prejuízos econômicos	72
4.5 Avanços e retrocessos	71
4.4.4 Evasão por Centro	65
4.4.3 Evasão por Campus	64
4.4.2 Evasão geral	63
4.4.1 Grupo alvo e procedimentos	62
4.4 Taxas de evasão na UFPB	62
4.3 Métodos de cálculo de evasão da UFPB	62
4.2 O REUNI e a UFPB	58
4.1 Objetivos do programa REUNI	58
4 O PROGRAMA REUNI E A EVASÃO NA UFPB	58
3.6.1 Danos e prejuízos causados pela evasão para universidade e a sociedade	55
3.6 Danos e prejuízos causados pela evasão para a gestão universitária	52
3.5.2 A teoria de integração acadêmico e social de Vincent Tinto	48
3.5.1 A teoria de coesão social de Emile Durkheim	47
3.5 Modelo de integração acadêmico e social	47
3.4 Possíveis causas da evasão escolar no Ensino Superior	43
3.3 Tipos de evasão escolar	41
3.2.1.5 Evasão reversível e irreversível	40
3.2.1.4 Evasão temporária e definitiva	40
3.2.1.3 Evasão aparente e real	40
3.2.1.2 Evasão total e anual	39
3.2.1.1 Evasão imediata e tardia	39

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do problema

A evasão é considerada um fenômeno complexo. Na perspectiva de Scali (2009), envolvem questões de ordem pedagógica, emocional, social, política, econômica e administrativa (BAGGI e LOPES, 2010; SCALI, 2009). Como um fenômeno que vem, ao longo do tempo, se manifestando em todos os níveis de ensino, é possível admitir que a eliminação do abandono escolar seja quase impossível de ocorrer, visto que a desistência sempre existirá mesmo que se chegue a limites mínimos (SILVA FILHO, 2009). De todo modo, isso não significa dizer que não seja preciso ficar alerta aos indícios desse mal, com vistas a se tentar minimizar as taxas de abandono e os seus danos, por exemplo, prejuízos econômicos e sociais que afetam o indivíduo, a organização e a sociedade.

Lobo (2012) explica que a evasão é comparável à doença silenciosa, pois muitas vezes não dá sinais de que vai acontecer ou de que já esteja acontecendo, mas se torna de extrema periculosidade quando manifestada. Esse fenômeno, de acordo com Baggi (2010), provoca desigualdades sociais e econômicas. Scali (2009) *apud* Pereira (1994) afirma que o abandono escolar é muito mais grave do que a percepção que temos dele. Além dessas, existem outras importantes consequências no âmbito educacional, como a disfunção no sistema educativo. Latiesa (1992) declara que a evasão causa disfunção educacional e altera a trajetória do aluno que estava em direção ao sucesso, desregulando a engrenagem da aprendizagem significativa, como mostra a figura 1.

Figura 1: Trajetória de sucesso do discente



Fonte: Latiesa (1992).

Os danos provocados pela evasão escolar, segundo Latiesa (1992), é uma temática antiga e que, inclusive, precede a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961(HERMIDA, 2011; BRUNS, 1985; FREITAS, 2009) um dos primeiros

instrumentos normativos sistematizados do planejamento educacional brasileiro. Desse modo, há mais de cinquenta anos que as Políticas Públicas Educacionais passaram a incluir a minimização da evasão escolar como metas a serem atingidas e, recentemente, um dos principais objetivos do Plano Nacional de Educação - PNE (2011-2020) continua sendo o combate ao abandono que toma proporções gigantescas, gerando desperdícios e prejuízos nos setores organizacionais e individuais.

A preocupação do PNE evidencia a importância de se planejar e elaborar programas e ações de minimização dos índices de fracasso, identificando as modalidades, os tipos, os fatores, as perdas, assim como as fases que constituem o abandono, para que se possam construir ferramentas capazes de criar estratégias ou meios para reduzir os prejuízos causados pela evasão. (MOROSINE et al. 2011; BAGGI e LOPES, 2010; BAGGI, 2010). Em meio à abrangência da evasão com repercussão até os últimos anos de escolaridade - ensino superior - destaca-se, também, a situação na educação básica. Conforme Góis e Weber (2012), se o alunado não tiver uma trajetória acadêmica estruturada e de sucesso nos níveis de ensino de ensino, consequentemente o restante da vida escolar será permeado por dificuldades.

Assim, compreende-se que uma educação básica deficiente acarretará, no ensino superior, um índice de abandono elevado, tornando-se um dos principais problemas para gerenciamento desse ensino, no espaço escolar social, sobretudo, porque afeta o indivíduo, o coletivo, a economia, o desenvolvimento tecnológico, científico (ABMES, 2013) e a instituição de ensino. Polydoro (2000) declara que o ensino básico ineficiente afeta o desempenho acadêmico universitário e será envolto por reprovações, repetências e consequentemente ocorrerá o abandono. Desta forma, a preparação que precede o ingresso do aluno ao ensino superior é de total importância para a permanência no contexto universitário (SILVA FILHO ET AL. 2007; POLYDORO, 2000; LOBO, 2012; ADACHI, 2009; BAGGI, 2010; ANDRIOLA, 2009).

A evasão escolar, portanto, sendo um assunto de abrangência internacional, torna-se uma preocupação de diferentes segmentos na ordem mundial (SILVA FILHO et al., 2007). Estes, segundo Baggi e Lopes (2010), ocorrem por uma conjunção de fatores ou multifatores que se inter-relacionam, dificultando, como explica Scali (2009), a elaboração de um programa específico e objetivo voltado para a diminuição dos índices de abandono na educação (ADACHI (2009) *apud* BUENO 1993). Considerado

como um fenômeno macrossocial, a evasão provoca ressonâncias nas realidades micros e, pelo fato de possuir configurações internas e externas ao sistema de educação, necessita, conforme Baggi (2010) e Ezcurra (2011), de diferentes estratégias e medidas para minimizar as suas consequências.

1.2 Delimitação do problema

No cenário da instituição universitária, a evasão provoca danos para todos os envolvidos no processo educativo e atinge tanto as instituições privadas (Martins, 2007) como as públicas (FERNANDES et al. 2010; MOROSINI et al. 2011). Observase que a evasão teve um crescimento progressivo nos últimos anos, como mostra o Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, cujos indicadores de abandono no ensino superior mostraram um crescimento considerável, visto que, no ano de 2005, foi de 22% e, no ano de 2011, de 37,9%.

O estudo realizado pelo INEP (2006) mostrou que, apesar de o fenômeno ocorrer em maior número nas IES privadas com índices de 53% em relação às instituições públicas com 33%, a evasão, como já mencionado, ocorre dissemelhantemente entre as instituições de ensino superior, privadas e públicas. Borges (2011) relata que as instituições da rede privada representam quase 60% das 2,7 milhões de vagas colocados à disposição do alunado nos vestibulares.

No ano de 2006, a evasão no Brasil custou em torno de seis bilhões de reais, ou seja, 811 mil estudantes desistiram dos seus cursos superiores antes da conclusão, ocasionando prejuízos de ordem econômica e social (SILVA FILHO, 2009). Dado que em 2011 as IES públicas e privadas juntas abriram 3.164.679 vagas, sendo que, desse total, 1.653.291 (52,2%) não foram ocupadas, a rede privada arca com a perda maior de 1.613.740 vagas ociosas, o que ocasionou que cerca de 46% dos estudantes do ensino superior no Brasil não concluir o curso (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011).

Com efeito, a evasão, sobretudo a que ocorre na educação superior, traz prejuízos de ordem econômica, social e cultural para as instituições de ensino superior que consequentemente perdem financeiramente e deixam de contribuir para o desenvolvimento da sociedade. No âmbito da gestão universitária, a evasão escolar pode refletir mal uso dos recursos e deficiência na gestão. Essa deficiência pode afetar a

estrutura física, a docência, a administração, o suporte ao aluno e, principalmente, pode prejudicar o progresso da sociedade. O pesquisador Oscar Hipólito, ligado ao Instituto Lobo, afirma que, no ano de 2009, a evasão promoveu um prejuízo estimado em torno de nove bilhões de reais para a economia do país (ABMES/MEC, 2011).

No âmbito da Universidade Federal da Paraíba não é diferente com relação à evasão, pois este fenômeno provoca prejuízos de ordem econômica, social e ainda deixa de contribuir para o desenvolvimento local, afetando todos os envolvidos, desde o aluno, passando pelo docente, técnico administrativo, chegando à sociedade que investiu através de tributos e não recebeu um profissional qualificado para atuar no mercado. Diante disso, analisando o comportamento da evasão e como ela prejudica a gestão universitária, o problema de pesquisa, focado na gestão universitária da Universidade Federal da Paraíba, se organiza da seguinte forma: como vem se manifestando a evasão escolar na UFPB no período de 2007 a 2012 e quais os seus impactos na gestão universitária?

1.3 Evasão escolar na esfera internacional e nacional

1.3.1 Evasão escolar em âmbito internacional

Como já enunciado, a evasão atua tanto em âmbito internacional como nacional, e se inicia na educação básica como um fator que traz consequências negativas para a universidade. Com isso, o PNUD (2012) trouxe dados de alguns países e seus respectivos índices de evasão escolar na educação básica como demonstra a tabela 1.

Tabela 1: Dados relativos à educação básica internacional

País	Posição no ranking	IDH	População alfabetizada em %	População com pelo menos ensino médio completo em %	Taxa evasão escolar em %
Noruega	1°	0,955	100	95,2	0,5
Alemanha	5°	0,920	100	96,5	4,4
Chile	40°	0,819	98,6	74,0	2,6
Argentina	45°	0,811	97,8	56,0	6,2
Uruguai	51°	0,792	98,1	49,8	4,8
México	61°	0,775	93,1	53,9	6,0

Fonte: PNUD/ONU

Entre outros países que não foram citados na pesquisa, encontram-se os EUA, onde a realidade do país é de fato preocupante, visto que um a cada três alunos abandona o ensino fundamental conforme dito por Presse (2013). Esse fenômeno, no ano de 2010, causou demissões de professores e fechamento de escolas, impulsionando o então presidente Barack Obama a anunciar um programa de combate à evasão. Essa emergência se dá pelo fato de que, nos EUA, um terço dos americanos abandona a escola por ano antes de concluir o curso (PRESSE, 2013).

Para tanto, os EUA investiram cerca de US\$ 900 milhões de dólares em estratégias para elevar as taxas de sucesso dos alunos americanos, na tentativa de diminuir as desigualdades sociais que assolam os Estados norte-americanos (PRESSE, 2013). Estes investimentos retratam a preocupação política com a existência de alunos fora da escola e mostram que essa situação contribui para ampliar as disparidades sociais e consequentemente afetar a economia, o progresso e o desenvolvimento social do país.

A ineficiente formação na educação básica traz consequências para a educação superior. Segundo Rafael e Esteban (2012), os indicadores de evasão são claros no ensino superior pelo mundo como na Espanha (20%), Estados Unidos (35%), Colômbia (45%), Chile (50%), Itália (60%) e na Argentina, com a taxa de evasão que gira em torno de 50% no ensino superior (PAULA, 2011). Ezcurra (2011) explica que a evasão na América Latina se dá pela inserção da população antes excluídas da academia e que assim, o ingresso no ensino superior é considerado um privilégio e uma oportunidade do aluno se inserir no mercado de trabalho com uma especialidade (ADACHI, 2009).

1.3.2 Evasão escolar em âmbito nacional

Num sentido amplo, a evasão na educação básica brasileira é alarmante, tendo em vista que o país atingiu a terceira maior taxa de evasão escolar no ano de 2012, com 24,3% de abandono, ficando entre os 100 países com maior índice de desenvolvimento humano (PNUD, 2012). Assim, o UNICEF, baseado nas estatísticas da PNAD, divulgou que cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos estão fora da escola e as regiões com maior número de alunos em risco de evasão

são: Nordeste com 1,7 milhões de crianças e a região Sudeste com um milhão de crianças (PNAD, 2009).

A autora apresenta os Estados brasileiros com os maiores índices de evasão, destacando como o primeiro, Alagoas com 7,5%, Paraíba com 6,6% e Amazonas com 5,6%. Sendo assim, a evasão abrange todas as instituições de ensino superior do país, o que torna o fenômeno uma preocupação de governantes, alunos e educadores/gestores. Por todos esses motivos, o trabalho ressalta a importância e a contemporaneidade do assunto que estamos apresentando neste estudo. Defende-se, portanto, a sua relevância acadêmica, social e política e enfatizamos os danos causados à instituição universitária.

1.4 Estrutura da dissertação

O estudo está composto por quatro capítulos: o primeiro explanará as estratégias metodológicas adotadas para se realizar e concluir o referido trabalho. Foi possível identificar o tipo de pesquisa e os métodos adotados, assim como a amostra e a análise dos dados. Enfim, o capítulo mostra o caminho percorrido durante a construção do trabalho.

O segundo demonstra como a literatura enxerga a evasão, abordando a definição, explicando como se dá o processo de evasão, demonstrando a teoria do principal estudioso da temática e ressaltando os danos que a evasão provoca para a gestão, mas que podem atingir toda a sociedade.

O terceiro capítulo apresenta informações acerca dos métodos de cálculo de evasão utilizados em todo o mundo, sendo que, no Brasil, acontecem algumas adaptações com relação aos métodos internacionais e destacam-se os níveis de agregamento. Em seguida, explana-se sobre o REUNI no contexto geral e dentro do âmbito da UFPB. No caso da UFPB, foram ilustrados os métodos de cálculo da universidade, assim como foram analisadas as taxas de evasão por *campus* e em Centro, avaliando os retrocessos e avanços provocados pelo REUNI. Por fim, estimaram-se os prejuízos econômicos causados pela evasão em seis anos;

O quarto capítulo trata de analisar os resultados encontrados a partir das entrevistas realizadas, de modo que fora possível categorizar e identificar os principais

prejuízos na visão dos gestores, aliando-se as teorias que tratam dos danos provocados pela evasão escolar à educação superior.

1.5 Objetivos da pesquisa

1.5.1 Objetivo Geral

 Identificar como se manifesta a evasão escolar na UFPB no período de 2007 a 2012 e quais os seus impactos na gestão universitária.

1.5.2 Objetivos Específicos

- Levantar as taxas de evasão escolar nos Centros de ensino da UFPB no período de 2007 a 2012.
- Analisar através de procedimentos estatísticos os impactos do Reuni no fenômeno da evasão escolar.
- Estimar os prejuízos econômicos causados pela evasão a gestão universitária da UFPB.
- Detectar quais são os Centros com os maiores e menores indicadores de evasão na UFPB.
- Verificar, na opinião dos gestores educacionais da UFPB, os principais prejuízos provocados pela evasão nesta Instituição de Ensino Superior.

1.6 Revisão da literatura

O universo da evasão escolar é referenciado em estudos e pesquisas nacionais e internacionais. Deste modo, no âmbito nacional, destacam-se os estudos e pesquisas de Saviani (2011), Borges (2012) e Góis e Weber (201). Esses autores que explicam a evasão escolar no universo da educação básica e superior preocupam-se em demonstrar como a evasão é iniciada nos primeiros anos da vida escolar e mostram que a evasão atinge a educação em todos os seus níveis e modalidades. Nas modalidades da educação, evidencia-se a educação de jovens e adultos (Silva, Bonamino e Ribeiro, 2012), educação tecnológica (Scali, 2009), educação à distância (Almeida et al. 2013; Silveira, 2012; Belloni, 2002; Fernandes, 2010; Fialho e Prestes, 2013) e a educação profissional (CRAVO, 2012). Tendo em vista, que todas as modalidades educacionais são afetadas direta ou indiretamente pelo fenômeno (OLIVEIRA E ADRIÃO, 2007).

Nesse contexto, os estudos sobre evasão escolar no ensino superior são uma preocupação mundial, como mostram os trabalhos em âmbito internacional de Javier e Mallada (2011), Latiesa (1992), McCubbin (2003), McNeil (2008), Presse (2013), Tinto (2006), Tinto e Pusser (2006), Tinto (1975), Tinto e Cullen (1973). Em âmbito nacional, sobressaem-se os estudos de Neto, Cruz e Pfitscher (2008), Martins (2007), Morosini (2011), Lobo, Silva Filho e Montejunas (2007; 2013), Freitas (2013), Castro e Malacarne (2011), Polydoro (2000). Os estudos no ensino superior dividem-se ainda em vertentes distintas, como as possíveis causas de abandono, segundo Andriola (2009) Lobo (2012) e Silva Filho (2009), assim como a influência do comportamento, segundo Bardagi (2007), a falta de informação destacada por Goiris, Reinert e Gubiotti (2012), o grau de compromisso do aluno com o graduar-se e com a instituição (PEREIRA JÚNIOR, 2012).

A importância da avaliação institucional é argumentada por Baggi (2010; 2011) e Moehlecke (2007), os prejuízos e os custos ocultos trabalhados por Belfield (2007) e Pereira (2003), as implicações para a gestão universitária na visão de Freitas (2013), Nassar, Neto e Catapan (2004) e os programas de combate à evasão (LOPES, 2010). Por fim, Vicent Tinto (1973, 1975, 2006) trouxe contribuições acerca da evasão, demonstrando que o aluno não é o único responsável pela saída, mas uma parcela desta responsabilidade esta atrelada à instituição em que o aluno se encontra matriculado.

2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

2.1 Tipo de pesquisa

Prestes (2012) declara que a palavra pesquisa é um processo composto de atividades e tem como objetivo encontrar novos conhecimentos. Divide-se do ponto de vista da forma de abordagem do problema em pesquisa qualitativa e quantitativa (MORESI, 2003). À vista disso, para se declarar uma pesquisa qualitativa, Neves (1996) e Godoy (1995) explanam que é preciso considerar algumas características como:

- Ambiente natural como fonte direta de dados;
- Caráter descritivo;
- O significado que as pessoas dão às coisas;
- Enfoque indutivo.

Visto isso, define-se pesquisa qualitativa como "um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo" (NEVES, 1996). Já Godoy (1995) explica que quando o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo na sua complexidade, a pesquisa qualitativa será possivelmente a mais adequada. Por fim, Wainer (2010) diz que tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa são pesquisas empíricas.

Logo, a pesquisa quantitativa se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados (CLEMENTE et al. 2010 apud DUARTE et al, 2008). Este tipo de pesquisa se centra na objetividade e os seus resultados podem ser quantificados. Essas características se devem pela sua origem positivista que direcionam para o raciocínio, as regras lógicas e consideram apenas as particularidades mensuráveis da experiência humana (GERHARDTE E SILVEIRA, 2009). Em síntese, a pesquisa quantitativa está interessada em causalidades e basicamente trabalhar com números (FLICK, 2013).

E a união destes dois tipos de pesquisa, permite levantar mais dados do que se o estudo fosse realizado isoladamente. Nesse sentido, Silverman (2009) e Gerhardte e

Silveira (2009) destacam três formas de combinar os tipos de pesquisa qualitativa e quantitativa. São elas:

- 1. Utilizar a pesquisa qualitativa para entender uma temática singular com a pretensão de preparar um estudo quantitativo.
- Iniciar um estudo quantitativo determinando a amostra e o campo de pesquisa para em seguida utilizar a pesquisa qualitativa por meio das amostras.
- 3. Utilizar a pesquisa qualitativa que dispõe de dados quantitativos para identificar resultados em âmbito amplo.

Gray (2012) apud Johnson et al. (2007) relata que a utilização de métodos mistos está se tornando cada vez mais comum. O autor define métodos mistos como "a coleta ou a análise de dados quantitativos ou qualitativos em um único estudo, no qual os dados são coletados de forma sequencial". Quanto ao tipo de pesquisa ligado aos objetivos podem ser: exploratória, descritiva ou explicativa (ARAGÃO, 2011). Porém, o presente estudo irá focar na pesquisa descritiva, que visa descrever as particularidades de uma população previamente escolhida, ou mesmo descrever um fenômeno através da mistura de variáveis.

Em outras palavras, a pesquisa descritiva, basicamente descreve a realidade sem intervir ou manipular (ARAGÃO, 2011; GERHARDTE E SILVEIRA, 2009; PRESTES, 2012). Richardson (2011) diz que os estudos de natureza descritiva tendem a descobrir as características de um grupo ou indivíduo, para uma determinada situação específica. Esta pesquisa destaca-se como descritiva e analítica. Às análises e interpretações dos dados, foram utilizados procedimentos qualitativo-quantitativos.

2.2 Métodos e técnicas de coleta de dados

Utilizaram-se mais de uma estratégia de coleta e de análise dos dados, havendo uma combinação de técnicas (MARCONI e LAKATOS, 2010; SILVERMAN, 2009; PRESTES, 2012). É o que Gray (2012) e Flick (2013) chamam de triangulação, quando existe a combinação de diversos métodos qualitativos e quantitativos. Ou seja, utilizaram-se várias abordagens metodológicas, proporcionando a mistura de dados, das teorias e metodologias.

No caso da utilização dos procedimentos qualitativos, usou-se um roteiro de entrevistas e aplicou-se um *software* para organizar as categorias da pesquisa para análise das entrevistas com questões abertas (SILVERMAN, 2009). Gray (2012) explica que as questões abertas não têm resposta precisa e fixa. Para este tipo de entrevista as respostas precisam ser registradas na íntegra para, posteriormente, oferecer uma riqueza de respostas. Inicialmente foram feitas entrevistas com um determinado grupo com perguntas de pré-teste na intenção de testar a base de amostragem (Gray, 2012) e, ao final, constatou-se que o questionário não correspondia à questão problema do referido trabalho. Por este motivo, foram formuladas novas perguntas.

A entrevista é aberta porque permitiu aos entrevistados a liberdade de falar e atribuir significado à temática escolhida e constituída sobre evasão e suas principais implicações do fenômeno provocado para a gestão da UFPB. As perguntas finais foram as seguintes:

- 1) Quais os principais prejuízos que a evasão escolar provoca para a UFPB?
- 2) Quais os principais prejuízos que a evasão escolar provoca para a sociedade?
- 3) O que você sugere para que este fenômeno seja minizado dentro da UFPB?

Nesse caso, a entrevista é padronizada ou estruturada porque foram as mesmas perguntas para todos os respondentes (MARCONI E LAKATOS, 2010). Gray (2012) fala que as entrevistas estruturadas são perguntas padronizadas, isto é, são as mesmas perguntas feitas para todos os entrevistados. Como parte do método, a gravação de áudio foi utilizada, pois, segundo Gray (2012), o uso do gravador é de fundamental importância para realizar entrevistas, tendo em vista, que é possível lembrar-se de atitudes, pausas, reações que poderiam ser esquecidas com o tempo (SILVERMAN, 2009). As entrevistas foram realizadas de maneira individual e presencial com todos os gestores participantes.

Quanto ao tipo de pesquisa quantitativo, utilizaram-se métodos estatísticos descritivos. Considerando-se uma pesquisa longitudinal retrospectivo, que Flick (2013) explica ser um estudo retrospectivo quando é realizado, iniciando de um ponto no tempo, considerando alguns acontecimentos que não foram analisados anteriormente. É longitudinal porque pode analisar um processo em épocas posteriores à coleta de dados. Os dados foram agregados ao nível de centro da UFPB.

Como variáveis relevantes foram considerados as taxas de evasão, ano, investimentos, e prejuízos. Para a análise dos dados, foram utilizados as médias, percentagens, desvio padrão e coeficiente de variação.

Os dados quantitativos usados neste estudo são dados secundários que nos foram disponibilizados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação e pelo Departamento de Estatística da Universidade Federal da Paraíba.

2.3 Métodos de cálculo de evasão

2.3.1 Taxas de evasão

Estimar a evasão escolar é uma tarefa complexa, porque sua mensuração muda conforme o conceito adotado (LEHR *et* al., 2004). Consequentemente cada conceito acarreta uma maneira diferente de calcular a evasão e a complexidade se da por causa da variedade de definições de evasão escolar (FREITAS, 2007; MOEHLECKE, 2007; LOBO, 2012; ANDRIOLA, 2009; ADACHI, 2009; SCALI, 2009; PEREIRA JÚNIOR, 2012; POLYDORO, 2000; FIALHO E PRESTES, 2013; SILVA FILHO E LOBO, 2011). Nesse sentido, para se chegar a resultados de evasão escolar aproximados da realidade é preciso considerar três aspectos, o propósito da pesquisa, a disponibilidade dos dados e a consistência das informações.

Inicialmente o propósito da pesquisa precisa ser bem delimitado, porque o fenômeno da evasão escolar é uma temática vasta e abrangente e pode direcionar para diversas vertentes. De modo que, à intenção da pesquisa e os pesquisadores podem optar pela fórmula que mais condiz com os respectivos trabalhos. E assim, seguir em busca por dados disponíveis para fundamentar a pesquisa, considerada uma dificuldade para os estudiosos em evasão escolar. Por fim, a consistência das informações é considerada um desafio para o Clark Country School District – CCSD (Nora Luna, 2003), pois, a incoerência nos cálculos de evasão acontece porque não há um acompanhamento dos alunos ao longo do tempo, como também, não existe o fornecimento correto dos dados.

Quando se fala em consistência de dados, relaciona-se a qualidade e veracidade das informações disponibilizadas. Contudo, os estudiosos podem se deparar com dados inconsistentes e esse fator impede a precisão do cálculo e dificulta as

comparações e interpretações da evasão (LEHR et al., 2004). Nesse contexto, e avaliando as dificuldades de se mensurar a evasão na educação superior o Centro Nacional para Estatísticas da Educação e o Departamento Especial de Educação (OSEP) ambos do Departamento de Educação dos Estados Unidos (Nora Luna, 2003) trouxeram contribuições significativas na tentativa de mensurar a evasão (NCES, 2014). Estes centros propuseram três tipos de taxas de abandono destacados por Lehr *et* al (2004) como a taxa de Eventos, a taxa de Estado e a taxa de Coorte.

A **Taxa de Eventos** (anual ou de incidência) mensura a evasão pela proporção de alunos que abandonaram os estudos em um único ano, sem concluir. Nora Luna (2003) relata que este cálculo mostra a proporção de alunos que se evadiram de um ano letivo para o outro. Por isso, produz as menores taxas de evasão, porque é calculado por ano, o que não acarreta um número elevado de abandonos (JOSEPH, 2004).

A Taxa de Estado ou Prevalência avalia os alunos que não concluíram e não estão matriculados, independente de quando estes estudantes abandonaram (JOSEPH, 2004). Esta taxa é medida pelo Centro Nacional de Estatísticas da Educação - NCES, do Departamento de Educação do Instituto de Ciências dos Estados Unidos. Destaca-se, que para calcular a taxa de estado são utilizados dados do censo do território em questão, para dar maior segurança aos resultados. (JOSEPH, 2004). Consequentemente os índices de abandono da taxa de estado tende a serem maiores que a taxa de eventos (SWANSON, 2003).

Por fim, a **Taxa de coorte** (longitudinal) mede os acontecimentos de um determinado grupo, no decorrer de um intervalo de tempo e por isso produz a maior taxa de evasão, porque considera os estudantes desistentes quatro anos depois. Desse modo, a taxa de coorte é a mais recomendada para as instituições de ensino superior (NORA LUNA, 2003). Porém, o método de coorte pressupõe a existência de dados desagregados para cada aluno, que por sua parte exige um sistema elaborado de manejo de banco de dados. Estas informações complexas muitas vezes não estão disponíveis

A princípio todos os três métodos são utilizados no Brasil, às vezes com certas modificações ou especificações para mensurar os índices de abandono. A Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras,

instituído em março de 1995, adotou no seu estudo o método de fluxo ou "Acompanhamento de Estudantes", o que corresponde à taxa de coorte (COMISSÃO ESPECIAL, 1997). Elaborando a seguinte fórmula para calcular a taxa de evasão anual:

Evasão
$$\% = (N_i - N_d - N_r)/N_i * 100$$

Onde se entende (N_i) o número de ingressantes no ano - base, (N_d) o número de diplomados, (N_r) o número de retidos (COMISSÃO ESPECIAL, 1997). Por motivos explicados acima, o método mais utilizado no Brasil e no mundo é o cálculo da taxa anual (event rate) de acordo com a fórmula proposta pelo Instituto Lobo desde o ano de 2006 (LOBO e SILVA FILHO, et al., 2007; LOBO e SILVA FILHO e MELO LOBO, 2012), a qual relaciona o número de matriculados, de ingressantes e concluintes, como está explicita na fórmula a seguir:

$$E(n) = 1 - [M(n) - I(n)] / [M(n-1) - C(n-1)]$$

Sendo (**E**) evasão, (**M**) número de matriculados, (**C**) número de concluintes, (**I**) número de ingressantes, (**n**) o ano de estudo e (**n-1**) refere-se ao ano anterior. O Instituto Lobo relata que independente do método utilizado, o que vale é analisar a evolução da evasão, proporcionando meios para se criar estratégias e ações políticas de combater ao fenômeno (LOBO, 2012).

2.3.2 Evasão por níveis de agregamento

Moehlecke (2007) e a Comissão Especial de Evasão (1996) destacam ainda maneiras de mensurar a evasão, considerando os três níveis de agregamento como a evasão de curso, de instituição e de sistema. O primeiro corresponde à evasão dentro da mesma área, por exemplo, se o aluno cursava Pedagogia e não se identificou com o curso e solicitou a mudança para o curso de Letras, aconteceu à evasão de curso sendo que dentro da mesma área de conhecimento e de instituição.

O segundo nível refere-se à saída do curso de uma instituição para outra IES, ou seja, ocorreu a saída, mas não se abandonou os estudos, embora, tenha gerado uma vaga ociosa na primeira IES. E por fim, a evasão do sistema, que além do aluno sair do curso e da instituição desistiu de estudar de vez. Esses diferentes níveis de evasão tem que ser

calculados de maneiras distintas, conforme orientações do Instituto Lobo. Assim, segue as três fórmulas referentes aos níveis de agregamento:

- 1. Evasão de Curso: $1-(M_2-I_2)/(M_1-C_1)$
- 2. Evasão de IES: $1 (M_2 I_2 + ITC_2)/(M_1 C_1)$
- 3. Evasão do Sistema: $1 (M_2 I_2 + ITC_2 + ITIES_2)/(M_1 C_1)$

Onde se entende, $(\mathbf{M_2})$ como a matricula correspondente de um determinado ano (ano 2), $(\mathbf{I_2})$ número de ingressantes neste mesmo ano, $(\mathbf{M_1})$ número de matrículas no ano anterior (ano 1), $(\mathbf{C_1})$ número de concluintes do ano 1, $(\mathbf{ITC_2})$ diminuir nos ingressantes o número de estudantes que mudaram de curso, mas não de IES e o $(\mathbf{ITIES_2})$ subtrai dos ingressantes o número de estudantes que mudou de IES, por transferência.

Evidentemente os resultados referentes à taxa de evasão são diferentes para os três níveis, porque o número total dos ingressantes é calculado de forma dissemelhante (Lobo, Silva Filho e Melo Lobo, 2012). Um aluno, por exemplo, que abandona o curso A e entra no curso B na mesma instituição é considerado como ingressante do curso B, mas não como ingressante da instituição, porque já pertence à mesma. Para estas fórmulas foram consideradas todas as formas de ingresso e são fórmulas igualmente importantes no processo de mensuração da evasão escolar na educação superior (LOBO e SILVA FILHO e MELO LOBO, 2012).

Dessa maneira, quando se compreende as formas de mensurar a evasão escolar na educação superior fica óbvio, que a compreensão do abandono escolar muda de acordo com o objetivo de cada pesquisa. Nesse caso, o estudo analisa a magnitude e prejuízos causados pela evasão escolar a uma universidade pública, em um período de tempo de seis anos, referente a um programa de expansão de acesso a educação superior.

2.4 Universo e amostra

A amostragem, segundo Novaes e Coutinho (2013), é o processo de fixar critérios para a composição de uma amostra necessária para o estudo em questão. Já para Gray (2012), a amostra se refere a uma determinada população, com semelhanças,

o que caracteriza uma amostra intencional, de onde se selecionaram os sujeitos em relação a uma característica. Assim, população, na visão de Flick (2013), é:

A massa de indivíduos, casos e eventos aos quais as declarações do estudo vão se referir e que tem de ser delimitada de antemão sem ambiguidade no que se refere à questão da pesquisa e à operacionalização (FLICK, 2013 apud KROMREY, 2006).

Nesse caso, foram considerados gestores educacionais na educação superior, coordenadores de cursos, Diretores de centro, Vice-diretores de centro, Chefes de departamentos ligados direta e indiretamente aos alunos, Pró-reitores, Reitores e Vice-reitores. A coleta de dados se deu entre os meses de dezembro de 2013 a março de 2014 e foram entrevistados onze gestores que estão vinculados a UFPB.

2.5 Sujeitos da pesquisa

Foram entrevistados onze gestores ligados às áreas gestoras da UFPB. Foram selecionados gestores que atuam em setores diferentes da UFPB, permitindo obter uma visão ampla da evasão dentro do contexto da universidade. Assim, foram entrevistados: um Diretor de Centro, seis Pró-Reitores ligados diretamente aos alunos e quatro Chefes de Setores ligados direta e indiretamente aos alunos. Ressalta-se que seis desses onze gestores também atuam como docentes. Os gestores foram nominados com a letra P seguidos de um número de 2 a 12, ficando classificados da seguinte maneira: P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11 e P12, com a intenção de respeitar a privacidade e identidade dos participantes (GRAY, 2012). A tabela 2 mostra uma síntese da classificação dos gestores entrevistados.

Tabela 2: Classificação dos gestores entrevistados da UFPB

Nomenclatura	Função	Docente
P2	Chefe de Setor	Não
P3	Chefe de Setor	Não
P4	Pró-Reitor	Sim
P5	Chefe de Setor	Não
P6	Pró-Reitor	Sim
P7	Chefe de Setor	Não
P8	Pró-Reitor	Sim
P9	Pró-Reitor	Sim
P10	Pró-Reitor	Sim
P11	Pró-Reitor	Sim
P12	Diretor de Centro	Sim

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

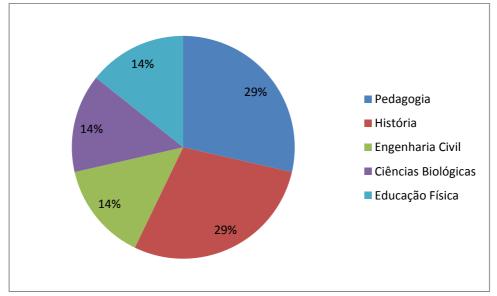


Gráfico 1: Área de atuação dos gestores docentes

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

2.6 Análise dos dados

Todas as entrevistas foram tabuladas, permitindo uma melhor organização (MARCONI e LAKATOS, 2010) e possibilitando categorizá-las por meio do *software* de análise qualitativa Atlas.ti. O *software* permitiu categorizar as entrevistas de acordo com os objetivos da pesquisa, possibilitando a identificação e interpretações de cinco categorias para a análise como segue:

- 1. Prejuízos Econômicos para a UFPB;
- 2. Prejuízos Sociais para a UFPB;
- 3. Prejuízos Econômicos para a Sociedade;
- 4. Prejuízos Sociais para a Sociedade;
- 5. Sugestões de Melhorias para o combate a evasão no âmbito da UFPB.

Foram feitas comparações nas respostas feitas por meio das entrevistas. E para a confiabilidade da categorização, é preciso analisar minuciosamente as informações disponíveis, ou seja, foi feito um processo de comparações repetidamente.

Para tanto, utilizou-se a análise de conteúdo de acordo com Flick (2013) que traz esse método, explicando que é balizado pelo uso de categorias derivadas de

modelos teóricos e que tem por objetivo categorizar o conteúdo dos textos ou entrevistas, relacionando as declarações ou trechos a um sistema de categoria. No caso da descrição de cada categoria, foram utilizados trechos dos gestores das entrevistas com os respondentes que identificaram os principais prejuízos decorrentes da evasão escolar, sempre com a intenção de tentar responder aos objetivos de pesquisa do referido trabalho.

2.7 Fontes bibliográficas

Os documentos que serviram de fontes para as referências teóricas e analíticas deste trabalho foram dos mais variados tipos, relacionados com índices e taxas de evasão e trabalhos escritos dentro do âmbito da temática (Marconi e Lakatos, 2010). Para maior esclarecimento e clareza acerca da evasão escolar, foram também consultadas monografias, dissertações, teses, artigos, editoriais e revistas dentro do meio acadêmico. Também se trabalhou com matérias de jornais, leis, relatórios de pesquisa e artigos técnico-científicos, Decretos, Planos, Programas e Censos do Brasil e do Mundo (PRESTES, 2012).

Livros com temas relacionados à evasão direta e indiretamente, como também capítulos de livros, de autores nacionais e internacionais. Além destes, se consultou *sites*, pois se permite buscar informações em lugares onde fisicamente não poderíamos ir, como *site* de universidades, a exemplo da Universidade de Nevada, instituições de educação reconhecidas em todo o mundo como o Centro Nacional de Educação dos Estados Unidos – NCES. Todas essas fontes contribuíram com dados importantes para a consolidação da pesquisa.

3 EVASÃO ESCOLAR E O ENSINO SUPERIOR

3.1 Definição de evasão escolar

A palavra *evasão* vem do Latim *evasio* e foi utilizada pela primeira vez em meados do século XV significando fuga, saída, fora, abandono, fracasso, insucesso, mas vale ressaltar que as nomenclaturas referentes à evasão variam conforme o estudioso adotado e que todas estas terminologias levam a um único caminho que é a não finalização de um curso, treinamento, qualificação, especialização ou qualquer modalidade educacional que conduza o alunado a um conhecimento especializado.

Logo, definir evasão ao nível universitário não é um consenso entre os estudiosos e teóricos da literatura, dado que se trata de um fenômeno abrangente e de causas que surgem do entrelaçamento de diversos fatores sociais, econômicos, políticos e subjetivos/individuais. Apesar do seu nível de abrangência, existem estudiosos e teóricos que possibilitaram o debate relacionado com a sua definição de evasão escolar, a exemplo de Freitas (2007), Moehlecke (2007), Lobo (2012), Andriola (2009), Adachi (2009), Scali (2009), Pereira Júnior (2012), Polydoro (2000) e Fialho e Prestes (2013) entre outros.

Tinto (1975), considerado o teórico de referência na temática, define abandono escolar como o movimento de o aluno deixar a IES e nunca receber o diploma. Nessa perspectiva, Morosini et al. (2011) *apud* Gaioso (2005) dizem que a evasão é a interrupção no ciclo dos estudos, em qualquer nível de ensino. Ainda nos estudos de Morosini et al. (2011) *apud* Kira (2002) consideram que a evasão é a perda ou fuga do alunado da IES. O primeiro estudo acerca da evasão no ensino superior no Brasil instituído pela Comissão Especial de Evasão (1996) considera a evasão como a saída definitiva do curso de graduação de origem, sem concluí-lo.

Para Scali (2009), o aluno efetua o abandono quando não finaliza o curso em uma primeira modalidade, se inscreve em uma segunda e, também não finaliza. Pereira Júnior (2012), no seu estudo sobre o compromisso com o graduar-se, com a instituição e com o curso, aponta a evasão como a perda de parte do corpo discente durante o ciclo de estudos. Scali (2009) considera a evasão no instante que ocorre a não conclusão do curso em que o aluno estava matriculado, e Adachi (2009) conceitua evasão no momento que o aluno deixa o curso sem concluí-lo. Para o *Programa Pense*,

Pesquise e Inove da Universidade Federal da Bahia (2011), a evasão se mostra na decisão do aluno de sair da instituição de ensino superior sem concluí-lo.

Bruns (1985) apud Fukui, Sampaio e Brioschi (1990) considera abandono escolar antes do fim do curso por alunos que tenham se matriculado. Javier e Mallada (2011) trabalham na perspectiva de que a evasão é a falta de atendimento às necessidades do alunado, o que justifica a saída. Neste percurso, apresenta-se a evasão intitulada negativa, ou seja, aquela que trata do aumento de matriculados novos e não ingressantes, de alunos transferidos ou dos que resolveram voltar a estudar, através da rematrícula e reopção de curso (SILVA FILHO et al, 2007; ADACHI, 2009).

3.2 Conceitualização da evasão escolar na Educação Superior

A evasão escolar acontece em diferentes modalidades, tipos e por diversas causas. Estes três momentos básicos são os componentes principais para uma estruturação conceitual de o fenômeno apresentada a seguir.

3.2.1 Modalidades da evasão escolar

3.2.1.1 Evasão imediata e tardia

Freitas (2007) apud Santos (1994) divide as modalidades em evasão imediata e tardia. A evasão imediata trata da decisão já consumada, pelo aluno, não esperando uma resposta da instituição quanto à solução do problema e sai do curso. No segundo caso, a evasão acontece gradativamente, o aluno vai persistindo, observando se está acontecendo melhoras naquele ponto em que julga ineficiente e, se não houver progresso, consequentemente acontecerá a evasão.

3.2.1.2 Evasão total e anual

Para Silva Filho (2007), a evasão pode ser total, uma vez que se refere aos alunos que não obtiveram o diploma e a evasão anual média é o momento em que passado um ano de estudos e quando se inicia um novo ano, no momento da matrícula o aluno não efetua (ADACHI 2009; BAGGI, 2010). Logo, de um ano para o outro, geralmente o número de alunos diminui até chegar ao momento da conclusão com uma quantidade três vezes menor do que quando se iniciou o curso.

3.2.1.3 Evasão aparente e real

Morosini et al (2011) *apud* Cardoso (2008) chamam a atenção para a distinção entre a evasão aparente é a mobilidade de um curso para o outro, ou seja, o aluno mudou de curso e, por causa dessa decisão, criou uma vaga ociosa no curso antigo. Porém, não se evadiu do sistema de ensino. A evasão real é quando o aluno para de frequentar o curso de graduação que optou e abandonou os estudos.

3.2.1.4 Evasão temporária e definitiva

Polydoro (2000) define dois aspectos sob os quais a evasão pode ser analisada, a evasão temporária e a evasão definitiva. Na primeira, o aluno sai parcialmente do curso, mas com a intenção de voltar logo após a solução do problema. Neste espaço de tempo, entre o abandono, a solução do problema e a volta para o curso, tem-se uma grande probabilidade de o aluno não retornar para o curso no qual ingressou. Na evasão definitiva, o aluno se evade e não pretende voltar.

3.2.1.5 Evasão reversível e irreversível

Por fim, conceitua-se modalidade reversível e irreversível. O primeiro caso vai depender se a instituição preservar o aluno que pretende se evadir, procurando uma maneira de mantê-lo na instituição mesmo que esteja com a intenção de sair. Por isso, é considerada reversível, pois o aluno quer sair, mas a instituição consegue mantê-lo, suprindo as dificuldades e necessidades. A modalidade irreversível, a instituição pode até tentar, mas não consegue manter o aluno em seu estabelecimento educacional, provocando a evasão escolar.

Freitas (2007) apud Ristoff (1995) complementa a abordagem sobre as modalidades, destacando a flutuação, mobilidade ou evasão interna, dado que se refere ao aluno que deixou o curso ou a área, mas permanece na instituição. Mesmo continuando na IES, quando o aluno muda de curso (Fernandes et al. 2010) são geradas vagas ociosas, e não podem ser substituídas por outro aluno ingressante devido à inflexibilidade do currículo.

3.3 Tipos de evasão escolar

A partir dos estudos selecionados, procurou-se elencar os principais tipos de evasão escolar. Foi possível identificar diversos tipos de evasão, e a instituição de ensino superior pode adotar a nomenclatura que desejar para cada tipo de evasão. Os tipos de evasão escolar variam conforme o autor. Alguns tipos de abandono são encontrados em estudos de diferentes estudiosos. E os tipos constatam como a evasão aconteceu. A esse respeito, Silva Filho et al. (2007) e Scali (2009) pontuam o cancelamento do curso a pedido do aluno, por se tratar da vontade do discente em cancelar o curso no qual está matriculado. A mesma situação é chamada por Adachi (2009) de evasão por solicitação do aluno, visto que prevalece a vontade de o estudante abandonar o curso. Tinto e Cullen (1973) destacam os tipos de saída voluntária e involuntária.

Em relação à primeira, cabe ao aluno decidir e a segunda foge da vontade e desejo do alunado, sendo contrárias às vontades particulares. Silva Filho et al. (2007) mencionam o cancelamento a pedido da instituição. Essa solicitação pode ocorrer por diversos motivos e Adachi (2009) intitula de evasão por solicitação da IES, para exemplificar a situação em que o aluno pode estar com os documentos irregulares e por isso houve o cancelamento até a solução do problema. Lobo (2012) salienta a questão da transferência para outra instituição, embora continue no mesmo curso, aproveitando as cadeiras da instituição anterior. Nesse caso pode acontecer de o aluno não se identificar com a cultura institucional (FIALHO, VIEIRA e PRESTES, 2013).

Scali (2009) reporta a questão da transferência interna e externa. A primeira acontece dentro da instituição, como mudança de curso ou de área, mas permanece na IES. No segundo, a evasão se dá pela saída do aluno da instituição, ou seja, transferindo-se para outra instituição, embora se conserve no mesmo período sem intervalo nos estudos. Moehlecke (2007) destaca o desligamento voluntário, cuja decisão vai de encontro com os objetivos do aluno (SCALI, 2009). Analisa-se o desligamento acadêmico, que são as dificuldades do aluno em acompanhar o curso, a metodologia, a didática e o ritmo da universidade (MOEHLECKE, 2007).

A desistência é outro tipo de evasão e geralmente a instituição apenas registra a decisão do aluno sem identificar as causas e atribui o abandono apenas ao

estudante (GOIRIS, REINERT e GUBIOTTI, 2012; SILVA FILHO et al. 2007; LOBO, 2012). Para este cenário, Castro e Malacarne (2011) sugerem que a IES deve acompanhar o discente para que o abandono não ocorra. Goiris, Reinert e Gubiotti, (2012) e Lobo (2012) identificaram o trancamento como um tipo de evasão, pois, para alguns, é a garantia de voltar a estudar ou de prolongar a decisão de evadir-se (BAGGI, 2010; SCALI, 2009).

Foi verificado por Silva Filho et al. (2007) o jubilamento, significando que o aluno ultrapassou o período máximo permitido para a conclusão, sendo desligado do curso. O falecimento constitui-se outro tipo na perspectiva de Polydoro (2000). Apesar de ser um abandono involuntário, entra para o registro de evasão das IES, pois, de qualquer modo, geraram-se vagas ociosas que possivelmente não poderão ser substituídas, produzindo perdas econômicas, assim como a perda do aluno em si, que é o bem maior das IES (SCALI, 2009). Nessa abordagem, os trancamentos excedentes se enquadram nos tipos de evasão escolar, considerando a suspensão temporária da matrícula do aluno sem a perda do vínculo com a IES.

Ressalta-se que, nesse caso, o aluno excedeu o número de trancamentos e não poderá solicitar nenhum trancamento até a finalização do curso. Essa situação pode fazer com que o aluno seja afastado do curso. A não renovação da matrícula é um caso comum nas IES, visto que, essa atitude do aluno pode-se chegar à evasão do sistema educacional (SCALI, 2009). A autora destaca a integralização excedida por projeção, que passado o período de conclusão do curso a IES verificará se existe a possibilidade de o aluno terminar o curso em uma nova data estabelecida pela mesma (SCALI, 2009).

Ainda no estudo de Scali (2009), o coeficiente de progressão abaixo do exigido classifica-se como tipo de evasão e refere-se ao aluno que não atingiu o mínimo de créditos que devem ser cumpridos. Moehlecke (2007) trata da migração, em razão de que é o processo de busca e adequação diante da escolha até o momento que encontra o curso com o qual se identifica. O decurso de tempo máximo representa que o aluno deveria ter terminado o curso em um prazo determinado, embora não tenha conseguido entrar com um recurso para estender o prazo. Seguindo o raciocínio, o remanejamento interno configura-se como o aluno que muda de um curso para outro na mesma instituição. Ressalta-se que cada IES estipulará um período para que essa mudança aconteça, tentando suprir as vagas ociosas que irão surgir.

Tinto (1973) destaca que existem diferentes formas de saída do sistema de ensino superior e classifica-os em: demissão acadêmica, abandono permanente, abandono temporário, desistência e transferência. E, por fim, o abandono é o tipo de evasão mais conhecido conforme Scali (2009), Moehlecke (2007), Goiris, Reinert e Gubiotti (2012) e Lobo (2012). Os autores afirmam que abandonar o curso pode ser entendido como o fracasso do aluno, da instituição e da sociedade. Como também pode se referir a uma queixa do aluno à má qualidade da instituição no atendimento aos discentes ou como uma forma de protesto do aluno para com a instituição. De todo modo, além dos tipos de evasão, faz-se necessário conhecer e identificar o máximo possível das causas que levam os alunos a abandonarem o curso de graduação.

3.4 Possíveis causas da evasão escolar no Ensino Superior.

É possível minimizar a evasão segundo Bruns (1985), entretanto, para que a instituição possa organizar um plano de combate a esse dano, é necessário conhecer as evidências e os possíveis motivos que contribuem para o abandono. Todavia, é impossível catalogar todas as causas. O quadro 1 mostra a classificação das possíveis causas de evasão por autor e evidencia que em muitos casos os motivos se assemelham.

Quadro 1: Possíveis causas da evasão escolar, na perspectiva de diversos autores

Autor	Causas		
Pereira Júnior (2012)	Se a escolha do curso for feita de forma precoce, pode trazer consequências negativas para o aluno;		
, ,	 A variável sexo como causa de evasão. 		
Baggi e Lopes (2010)	• Imaturidade;		
	 Estudantes dependentes das famílias. 		
N. 11 1 (2007)	 Ausência de capital cultural do estudante; 		
Moehlecke, (2007)	 Frequenta dois cursos de nível superior ao mesmo tempo. 		
Morosini et al. (2011)	 Caso a escolha seja feita de forma precoce e equivocada, o aluno vai alegar não conhecer o curso. Se a opção do curso não for bem orientada, a escolha pode comprometer o nível de compromisso com o curso; 		
Morosini et al. (2011)	 Insatisfação com o curso e a instituição; 		
	Repetência e reprovação;		
	 Desempenho nas disciplinas; 		
	 Currículo rígido; 		
	 Ausência de integração acadêmica; 		
Castro e Malacarne	• Casamentos, filhos;		
	 Responsabilidades com a família; 		

(2011)	 Deficiência na educação básica; Problemas na leitura, escrita e interpretação; Métodos de avaliação adotados pelas IES; O fato de atribuir nota ao aluno pode levar o mesmo a abandonar o curso; Trabalho <i>versus</i> estudo; O curso não possui o prestígio; A localização da IES.
Neto, Cruz e	Escolha precoce do curso;
Pfitscher (2008)	O conjunto financeiro.
Lobo (2012)	 Se não houver melhora na qualidade da educação básica a educação superior continuará sendo reproduzindo, as falhas da educação básica; Relação professor-aluno; O aluno não se identifica com o curso; Mobilidade estudantil.
Andriola (2009)	 Insatisfação com o curso e a instituição e o sistema educacional como um todo.
Fernandes et al.	 O baixo compromisso institucional;
(2010),	Horários de trabalho excessivo;O curso não possui o prestígio.
Goiris, Reinert e Gubiotti (2012)	 Faltou no momento da escolha a orientação vocacional; Relacionamento dentro do ambiente familiar; Deficiência na educação básica, afeta a qualidade do ensino; O baixo compromisso institucional.
Baggi (2010)	 Herança profissional; Características da família; Status social, renda familiar, ocupação e escolaridade dos pais; Desempenho nas disciplinas; Os estudantes precisaram se adequar a metodologia do curso; Horários de trabalho excessivo; Momento da escolha do curso; A localização da IES.
Bruns (1985)	 Influência da família; Os alunos não estão preparados para ingressar na universidade; IES não está preparada para receber o ingressante; A falta frequente do aluno às aulas; Dificuldade de aprendizagem dos alunos; Currículo rígido das universidades; Docentes considerados despreparados; Relação professor-aluno; Métodos de avaliação adotados pelas IES; Doenças;

	TS'C' 11 1 1 '1' / 1 11 / 1		
	Dificuldades de conciliar trabalho e estudo; Ausância de mobilidade.		
	Ausência de mobilidade. But l'ille le fonction de la contraction de la contrac		
	Responsabilidades com a família;		
Freitas (2007; 2009)	No primeiro ano do curso a evasão é, geralmente, três		
	vezes maior do que nos outros semestres;		
	Pressão por parte do trabalho.		
Latiesa (1992).	Relacionamento dentro do ambiente familiar;		
	Reprovações nos períodos iniciais.		
	Deficiência do ensino básico;		
	Período inicial do curso considerado de risco e com		
Silva Filho (2009)	grandes chances de evasão;		
Silva Fililo (2007)	• Desempenho nas disciplinas;		
	Os estudantes não se adequam a metodologia do curso;		
	Aulas teóricas e disciplinas complexas;		
	Currículo rígido das universidades.		
Tinto (1975)	O aluno ingressante no ensino superior traz consigo		
	uma variedade de características pessoais, familiares,		
11110 (1713)	profissionais e ou acadêmicas;		
	Ausência de laços afetivos;		
	Ausência de integração acadêmica.		
	O aluno ingressante no ensino superior traz consigo mas variedada do correctorísticos massacia familiares.		
	uma variedade de características pessoais, familiares,		
	profissionais e ou acadêmicas;Período inicial do curso considerado de risco e com		
	grandes chances de evasão;		
	• Impactos da cultura e rotina institucional que difere da		
Scali (2009)	cultura escolar do ingressante;		
	 Nos períodos iniciais do curso podem acontecer 		
	momentos de estresse e ansiedade;		
	 O conjunto financeiro; 		
	 Falta de tempo para dedicar-se aos estudos; 		
	 Sono, cansaço; 		
	 Desencanto da profissão. 		
Adachi (2009)	 Reprovações nos períodos iniciais; 		
(2007)	 Aspectos financeiros. 		
Silva Filho et al.	No primeiro ano do curso a evasão é, geralmente, três		
(2007)	vezes maior do que nos outros semestres;		
(2007)	 Aspectos financeiros. 		
Ristoff (1997)	• Frequenta dois cursos de nível superior ao mesmo		
(2)))	tempo.		

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A relação entre as modalidades, os tipos e as causas da evasão se mostra na figura a seguir.

Cancelamento pelo aluno Expectativas Não Superadas Localização Da IES Jubilamento Reprovação Financeiro Repetência Trabalho Falta de Tempo Irreversível Cancelamento pela IES despreparados Ausência de Integração Acadêmica Transferência Baixo Comp. Curso Influência maturidade Avaliação Docentes Família Baixo Compro. Curso Ausência de Orientação vocacional Def. Ens. Bás. Desmotivação Reprovação Repetência Insatisfação Financeiro Falta de Tempo Decepção Abandono De Sistema Trabalho Influência Da Família Transferência Externa Avaliação Localização Da ies Currículo De IES Desprestígio Da Profissão Desc. Do Curso Descmotivação Insatisfação Decepção Trabalho Remaneja-mento interno Migração De Curso Desmotivação Baixo Compro. Curso Decurso de Tempo máximo Imaturidade Deficiência Ens. Bás. Insatisfação Desistência Repetência Financeiro Processo de Evasão Escolar na Educação Superior Decepção Localização Da ies Cancelamento pela IES Irregularidade documentação Desprestígio Cultura e Rotina IES Da Profissão emporá-ria Desconheci-Mento curso Desprestígio Da Profissão Trancamento Imaturidade Frequentar Dois cursos Repetência Falta de Tempo Real Desconhecimen to do curso Transferência Interna Localização Da ies Insatisfação Decepção Aparente Migração Desprestígio Da Profissão Desmotivação Influência da Família Insatisfação Trancamento renovação matrícula Imaturidade to do curso Decepção Anual Média Não-Baixo Compromis-So com o Curso Trancamento Excedentes Jubilamento Deficiência Ensino Bás. Falecimento Reprovação Repetência Trabalho Falta de Tempo Total Causas Coeficiente de progressão insuficiente Ausência de Capital Cultural Desligamento Acadêmico Decurso de Tempo máximo Desmotivação Repetência Insatisfação Decepção Tipos Desconhecimen to do curso Cancelamento Imaturidade pelo aluno Reprovação Expectativas Não Superadas Migração Imediata Não se Identifica Cultura e Rotina IES Modalidades

Figura 2: Modelo do processo de evasão

Fonte: Fialho, (2014).

Além do processo de evasão, faz-se necessário conhecer as fases do abandono escolar que ocorrem e nessa perspectiva, Javier e Mallada (2011) divide as fases em quatro momentos. A princípio com a Euforia, trata-se do entusiasmo inicial com relação ao curso e as possiblidades de melhora de vida. O segundo momento é de impasse onde acontecem as decepções iniciais em relação às expectativas. Já no terceiro momento, denominado de frustração surgem os problemas emocionais, físicos e comportamentais, e, por fim, aparece a apatia que funciona como um mecanismo de defesa ao enfrentar o fracasso.

Os autores completam informando que cada fase citada pode ser encontrada no nível individual/interpessoal, organizacional e exógena a instituição, o que torna a evasão um fenômeno completo, visto que, constitui-se de um processo composto por modalidades, tipos e causas que direcionam as fases citadas por Javier e Mallada (2011). E que relacionam-se ao aluno como sendo o único responsável pela saída da IES. Para tanto, o autor Vicent Tinto (1973; 1975; 2006) trouxe contribuições acerca da evasão onde o aluno não é o único responsável pelo abandono enfatizando o papel fundamental da IES.

3.5 Modelo de integração acadêmico e social

O modelo de Integração Acadêmico e Social continua sendo atual quando se fala em evasão escolar no ensino superior (MCCUBBIN, 2003). A integração acontece através das relações informais, com atividades extracurriculares e interação com o corpo docente e administrativo da IES (TINTO, 1975). Polydoro (2000) entende que a integração do aluno ao ensino superior é estabelecida em torno das relações que acontecem durante a troca de experiências, habilidades e expectativas do alunado, em relação ao curso e a instituição.

3.5.1 A teoria de coesão social de Emile Durkheim

A teoria de integração acadêmica e social no modelo como foi conceitualizado sobretudo por Tinto (1975) se balizou na teoria de suicídio de Durkheim (1858-1917). Esta teoria, por sua parte está incorporada em uma teoria geral de coesão social. Nesta perspectiva a probabilidade de uma pessoa cometer suicídio aumenta quando a integração e a afiliação coletiva são insuficientes (TINTO, 1975).

No entanto, a sociedade não se origina da coletividade e sim das particularidades de cada indivíduo que a compõe. A sociologia estuda os fatos sociais, na perspectiva de Durkheim é composto pelas maneiras de ser, agir, valores e regras morais, visto que, as representações coletivas são reflexos dos fatos sociais e a maneira como a sociedade enxerga a si mesma e ao mundo que a envolve. Estes fatos coagem os indivíduos e exercem autoridade sobre os mesmos.

É a partir destas análises que Durkheim traz considerações a cerca do suicídio enquanto fato social (QUINTANEIRO; BARBOSA e OLIVEIRA, 2009). Em primeiro lugar, o autor conceitua o suicídio como o ato de uma pessoa e que apenas ela chega a tomar essa atitude, como também varia de acordo com os fatores individuais. O suicídio é resultado das correntes de egoísmo, altruísmo e anomia. Essas três correntes mantêm as pessoas estáveis, pois, as condições sociais, familiares, religiosas e profissionais ajudam a conter o suicídio.

As causas do suicídio são a depressão, a melancolia e o desamparo moral provenientes do egoísmo (QUINTANEIRO, BARBOSA e OLIVEIRA, 2009). O suicídio altruísta abrange as pessoas enfermas, ou pela velhice e nesse caso o suicídio é um dever. O terceiro suicídio, o anômico trata da situação de ausência social por causa das normas ausentes, ou pela falta de respeito. A sociedade deixa de estar presente suficientemente para regular a situação. Causando uma situação de desequilíbrio onde as relações ficam precárias e essa circunstância pode levar ao suicídio.

Durkheim, fala ainda de "correntes suicidogêneas" que são verdadeiros estímulos e faz com que a pessoa procure a própria morte (QUINTANEIRO, BARBOSA e OLIVEIRA, 2009). Com isso, Tinto, faz uma comparação da evasão com o suicídio para relatar que este fenômeno ocorre assim como a morte, devido à falta de integração dos indivíduos nos diferentes contextos em que estão inseridos (MCCUBBIN, 2003).

3.5.2 A teoria da integração acadêmica de Vicent Tinto

A partir deste contexto, Vicent Tinto (1975) entende a evasão como um fenômeno amplo, porque se dá através de mudanças, principalmente na relação entre o indivíduo, à instituição educacional e a sociedade, influenciando na decisão de saída ou

permanência do mesmo (TINTO, 2006). A evasão é um dos grandes desafios para as instituições de ensino superior, pois, a saída do alunado pode se dar por uma infinidade de razões (MCCUBBIN, 2003). Destaca ainda, que o sucesso escolar se dá através da conclusão do curso no ensino superior (TINTO e PUSSER, 2006).

Em função da ausência de explicações sobre a evasão no ensino superior, Vicent Tinto por volta do ano de 1975 propôs o modelo teórico, alicerçado pela literatura americana intitulado de modelo de integração acadêmico e social com o intuito de explicar as causas concretas do abandono (POLYDORO, 2000). O modelo busca identificar além das causas, aspectos e problemas que levam os estudantes a evadir-se (ANDRIOLA, 2009; MCCUBBIN, 2003; TINTO, 2006-2007). Como também, oferece uma visão longitudinal do processo de evasão no modelo de Tinto a causa principal do abandono é a falta de integração do indivíduo com a instituição de ensino superior (ANDRIOLA, 2009; POLYDORO, 2000; TINTO e CULLEN, 1973).

Além, da integração insuficiente, a incompatibilidade de valores do alunado para com a IES pode levar a evasão. Em meio a esse processo, tanto a falta de integração social pode levar a evasão assim como o excesso (TINTO e CULLEN, 1973, p.54). Como exemplo de excesso, o autor cita as relações amorosas e nesse caso, o indivíduo se relaciona com alguém que não segue pela vertente de estudar continuamente, consequentemente acontecerá de o aluno diminuir a carga de estudos até se evadir espontaneamente (TINTO, 1975).

A IES para combater a evasão precisa trabalhar em equipe, desde o profissional encarregado da limpeza, passando pelo corpo docente, pedagógico, administrativo, financeiro até o reitor da instituição. Todos devem trabalhar em prol do alunado para que esse se sinta acolhido e proporcionar um ambiente flexível, saudável e atrativo para os estudantes. Pois, no momento do ingresso no ensino superior, os alunos trazem, consigo uma diversidade de classes sociais, raças, habilidades, motivações, expectativas, níveis de formação, valores, compromissos, sonhos entre outros fatores (TINTO e PUSSER, 2006; TINTO, 1975; ANDRIOLA et al, 2006).

Apesar da heterogeneidade que compõe o universo acadêmico, algumas pessoas ingressam no ensino superior com alguma motivação inicial, seja devido às pressões familiares, profissionais, sociais ou pessoais. Independente dos motivos, os

estudantes que chegaram a realizar o vestibular e ingressarem no ensino superior devem contar com o suporte da IES como, o apoio acadêmico, o social e o financeiro (TINTO e PUSSER, 2006). O apoio social ocorre na forma de orientação, direcionamento, feedback e monitoramento.

O apoio financeiro relaciona-se aos novos ingressantes e são destinados especialmente para aqueles estudantes de baixa renda, como programas de estudos e trabalho e o apoio acadêmico, se refere aos cursos, incentivo a família e acompanhamento do aluno (HOSSLER, ZISKIN, MOORE et al, 2008). Assim, Hossler, Ziskin, Moore et al (2008) destacam, que cada instituição de ensino superior deve se preocupar em identificar e atender as dificuldades de adaptação, ajustamento acadêmico, social e emocional dos alunos de forma específica (POLYDORO, 2000).

Pois, à medida que a IES apoia os alunos a ultrapassar as suas dificuldades, haverá menos motivos para o abandono, diminuindo os danos provocados pela saída desses estudantes, possibilitando inclusive maior credibilidade e qualidade para a IES. A pesquisa de Vicent Tinto (1975) evidenciou que a qualidade, a credibilidade e a seriedade da instituição perante a sociedade influenciam na decisão do alunado em permanecer no curso, pois, caso contrário, o estudante poderá transferir-se para outra instituição que apresente essas características acima descritas.

Tinto (1975) ressalta, que as instituições, que apresentam recursos de estrutura, composição do quadro docente e pessoal administrativo podem influenciar na permanência ou abandono do curso. McCubbin (2013) destaca alguns elementos que explicam os diferentes tipos de comportamentos que faz com que o aluno se evada. Polydoro (2000) mostra que Tinto enfatiza diversas causas que podem contribuir para a tomada de decisão dos discentes de abandonar ou não o curso. Este modelo foi desenvolvido por Tinto para explicar determinados fatores concorrentes para a evasão, e não todos os fatores que integram o comportamento e percepção do alunado, dentro do contexto da educação superior (MCCUBBIN, 2003). Sendo assim, explana sobre alguns elementos que possivelmente contribuem para evasão.

As características individuais, que abrangem sexo, faixa etária, habilidades, características de personalidade, capacidade acadêmica etc (POLYDORO, 2000). Essas características são singulares e refletem tanto o comportamento como a percepção do

alunado diante do processo de integração com a instituição e que podem influenciar na decisão de saída da IES, nesse contexto, o sexo é consubstancialmente ligado à persistência do aluno. Uma vez que, segundo Tinto (1975) os homens tendem a terminar os cursos, por uma questão de necessidade econômica e que os estudantes masculinos abandonam mais por demissões acadêmicas do que as mulheres.

As mulheres por sua vez, abandonam o curso por causa dos filhos, das tarefas domésticas e/ou dos casamentos, pois, existem dificuldades em conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar. A impulsividade, a ansiedade, a inquietação, a altivez, os desejos, interesses e motivações de cada aluno podem levar ao abandono (MCCUBBIN, 2003; TINTO, 1975; TINTO e CULLEN, 1973). Outro aspecto a considerar, são as expectativas, o comprometimento, o ambiente, o clima, a estrutura, o corpo docente, os colegas de turma, a cultura organizacional da IES, que pode fazer a diferença, principalmente considerando o primeiro ano do curso que é crítico para os estudantes.

Desse modo, para que, se fortaleça a relação instituição de ensino-aluno, Tinto (2006) destaca o planejamento de estratégias, como os programas de serviços que orientam e direcionam o calouro. Esses programas devem prestar assistência para que os ingressantes ultrapassem o período inicial, de maneira tranquila, oferecendo segurança para que possam concluir os semestres iniciais até o término. O modelo teórico de Tinto leva em consideração as forças externas que de certo modo afetam a permanência do aluno na instituição (TINTO e CULLEN, 1973).

A motivação dos alunos é guiada pelo mercado de trabalho, pela política, pela economia, pela diversidade cultural e pela sociedade, pois, estes são considerados como elementos externos que podem contribuir no processo de construção do saber, levando ou não ao abandono (TINTO e CULLEN, 1973; TINTO, 1975). O trabalho na perspectiva de Tinto (1975) é um fator de evasão quando a mobilidade profissional o impede de concluir o curso. Nessa perspectiva, o comprometimento com a empresa é maior do que com a IES, por uma questão de necessidade ou por satisfação.

Tinto (1975) declara o status social, clima e expectativas são fatores do contexto familiar que interferem no momento da escolha do curso e durante o processo de construção do saber. A condição econômica dos alunos de baixa renda estão em

desvantagem em relação à preparação acadêmica se comparados aos alunos que dispõem de tempo integral para se dedicar apenas aos estudos sem ter que trabalhar para permanecer no curso. Tinto (2006) chama de "porta giratória", aqueles que precisam trabalhar e estudar paralelamente.

A família é parte fundamental no processo de permanência do indivíduo no ensino superior. Tinto (1975) relata que a renda familiar é inversamente proporcional ao abandono, visto que, os pais são considerados mais educados, urbanos e ricos e por esse motivo, tendem a evadir-se em menor grau (TINTO, 1975).

3.6 Danos e prejuízos causados pela evasão para a gestão universitária

No âmbito da instituição de Ensino Superior, a evasão divide-se em três tipos de perdas, a econômica, a social e o descumprimento da função política gerencial da instituição. A sustentabilidade financeira das universidades públicas depende do quantitativo de alunos matriculados, como base nesse montante que se realiza para o cálculo do orçamento anual para a universidade. Considerando que, a cada ano o número de alunos ingressantes é maior, mas que esse montante está correlacionando com as perdas semestrais e anuais com o valor do orçamento também segue paralelamente ao número de alunos efetivamente matriculados e concluintes.

O orçamento universitário sofre inúmeras perdas, prejudicando a gestão institucional, embora o número de docentes, técnicos administrativos, serviços terceirizados e a estrutura continuem os mesmos, independentemente do número de alunos. Chega-se à conclusão de que a universidade mantém a mesma estrutura para atender a um número reduzido de alunos, provocando prejuízos econômicos para a instituição e refletindo-se na sociedade.

Quando a universidade não consegue manter o aluno até o fim do curso existe o fracasso institucional, que inclui desde o professor que não conseguiu exercer o papel enquanto docente, até os programas e planos estabelecidos pela IES por não cumprir a missão institucional de formar o seu alunado. Em outras palavras, a evasão escolar impede que a IES cumpra o seu propósito de produzir conhecimento e prestar serviços à sociedade (SOUZA, TOMIO, 2010). Sobretudo, quando se trata de uma universidade pública, que tem a obrigação de formar pessoas para contribuir com a

sociedade, o progresso e desenvolvimento. Embora, no âmbito do aluno não aproveitem a oportunidade conseguida e para tanto, ele precisa assumir a sua parte da responsabilidade no abandono.

Nesse caso, não é novidade que é a sociedade quem custeia as atividades por meio dos encargos e esperar o retorno das suas inversões através dos resultados destas atividades, como por exemplo, a formação de pessoas qualificadas para atuarem no mercado de trabalho. Quanto as IES privadas, estas dependem dos alunos para obter o lucro e poder criar programas e metas que promovam a permanência dos estudantes em suas dependências, de maneira, que quando o aluno se evade, a IES pode traçar estratégias para não arcar totalmente com a saída do alunado. Assim, o prejuízo financeiro para a IES privada pode ser revertido para os outros alunos, como mensalidades mais onerosas. Todavia, quando ocorre evasão, esses danos podem colocar em dúvida a qualidade e a credibilidade da instituição.

As IES precisam se comprometer com a educação que estão ofertando, porque a evasão pode ser entendida como a não utilização de forma ineficiente dos recursos financeiros, materiais e humano (TINTO, 1975). Em síntese, para as IES privadas perde receita, como atesta Baggi (2010) as públicas com perdas de erário do Estado. Em outras palavras, todo o trabalho de contratação de professores e ampliação da estrutura física que tiveram a intenção de receber o alunado ingressante ocasionou desperdício parcial, devido à evasão dos estudantes.

Vicent Tinto (1975) trouxe a problemática da evasão escolar no ensino superior sob a responsabilidade da IES e Scali (2009) corrobora que o aluno não é o único culpado pelo fracasso escolar, porque existe a influência da IES. O que torna o fenômeno abrangente, complexo e ligado à gestão universitária (CASTRO E MALACARNE et. al, 2011). Os gestores necessitam mudar o ponto de vista de que a desistência é um problema exclusivamente do aluno (LOBO, 2012). A evasão discente pode ser considerada (Morosini et al. 2011) como um indicador da ineficiência do sistema universitário, como um protesto (Scali, 2009) ou mesmo como uma crítica (Ribeiro, 2003) mostrando que a IES não se adequou as expectativas e necessidades dos alunos.

Adachi (2009) traz que a evasão é um sinal de que existem alunos insatisfeitos com o curso ou com a IES. Neto, Cruz e Pfitscher (2008) explanam que a minimização da evasão escolar pode ser considerada um indicador de sucesso. As estratégias de minimização do abandono podem ser capazes de diminuir as possibilidades de os alunos interromperem a formação (SCALI, 2009). Trazendo o prestígio e a credibilidade da IES de volta a concorrência de mercado. Por certo, o problema do abandono incomoda os educadores e responsáveis pelas políticas públicas (LOPES, 2013). Silva Filho (2009) conta que a permanência dos alunos é uma questão institucional, considerando que cada instituição deve identificar as causas do fenômeno em seu ambiente educacional (ADACHI, 2009).

Para poder traçar estratégias de minimização do abandono, realizar planejamento como justificam Neto, Cruz e Pfitscher (2008) e tornar o processo de combate à evasão eficiente. Os gestores precisam assegurar as condições de ensino e aprendizagem, pois, a evasão provoca um impacto negativo no orçamento da IES (Lopes, 2013) devido a má distribuição dos investimentos e ainda ocasionar problemas de ordem pedagógica, administrativa e burocrática. Os gestores precisaram da parceria e cooperação de todos os colaboradores da instituição para reduzir a evasão.

Lobo (2012) argumenta que a minimização da evasão na instituição de ensino superior envolve todos os setores e todos os níveis hierárquicos e não compete apenas ao coordenador, visto que, as decisões da alta administração podem influenciar para a permanência ou abandono do aluno. No entanto, como mostra Freitas (2007) à gestão institucional precisa ir além das questões administrativas e burocráticas, deve contemplar o relacionamento, proporcionar um ambiente saudável, produtivo, emocional e psicológico bem estruturado.

No entanto, o que acontece é que as IES estão munidas de professores despreparados, com didática desatualizada que não conseguem relacionar teoria e prática, além da deficiência na estrutura física e com um currículo rígido e inflexível (GOIRIS, REINERT E GUBIOTTI, 2012). Essas questões possivelmente direcionam para a evasão, porém a IES pode solucionar esses problemas e diminuir o índice de abandono. Mas é importante ressaltar que existem causas que estão fora do alcance da IES conforme Neto, Cruz e Pfitscher (2008) como doenças, mortes, dependência do

emprego, falta de perfil para o curso escolhido é o que os autores chamam de causas incontroláveis e controláveis (NETO, CRUZ E PFITSCHER, 2008).

3.6.1 Danos e prejuízos provocados pela evasão à sociedade

Tinto (1975) observa as perdas na perspectiva do aluno, da instituição e da sociedade, gerando danos no contexto social e acadêmico (MOROSINI, 2011). Baggi (2010) complementa com os prejuízos econômicos, enquanto, Castro e Malacarne (2011) apud Holanda (2007) demonstram as perdas para o aluno que não concluiu o curso, para o professor que não se efetiva enquanto docente e para a IES (LOBO, 2012; TESTEZLA, 2010). Pereira Júnior (2012) finaliza com os prejuízos para o poder público. Lobo (2012) retrata os danos causados pela evasão na educação superior do ponto de vista dos recursos humanos e materiais, como também perda de tempo de todos os envolvidos.

Para Pereira (2003) as perdas provocam custos sociais e privados, o que reflete a baixa qualificação dos trabalhadores. Nesse contexto, Pereira (2003) retrata que a evasão afeta o desenvolvimento e qualificação do país. Pois, afeta o aluno, a instituição, a sociedade, a família e as políticas públicas do país. No âmbito do aluno, a evasão pode provocar diversos prejuízos de ordem pessoal, profissional e educacional. De todo modo, os prejuízos variam por aluno conforme a subjetividade e escala de prioridades.

Nesse percurso, de identificação dos danos que a evasão escolar causa para o estudante, McCubbin (2003) e Castro e Malacarne (2011) destacam o prejuízo financeiro. Os alunos arcam com os custos advindos da manutenção do curso e da IES. Circunstancialmente, quando o aluno não se diploma, traz diversos sentimentos à tona, como a desmotivação, o medo do futuro, a insegurança, a frustração, o conformismo, a passividade e o sentimento de fracasso intitulado de abalo emocional, que se revertera em sentimento de incapacidade intelectual para concluir qualquer curso (PPPI/UFBA, 2011; BAGGI, 2010; BRUNS, 1985; MCCUBBIN, 2003).

Além da sociedade que não vai receber profissionais preparados, os evadidos serão marginalizados dos processos sociais, culturais e produtivos da sociedade (BRUNS, 1985). Devido ao seu fracasso escolar que lhe impede de ter a

qualificação necessária para o mundo moderno. Provavelmente devido a essas circunstâncias que os exclui, surgirá o sentimento de culpa pelo fracasso, tendo em vista, que outros alunos de sua turma conseguem concluir seu curso (PEREIRA, 2003). Em síntese, a evasão ocasiona para os evadidos, dificuldades profissionais e de auto realização (BRUBS, 1985). Javier e Mallada (2011) trazem as principais consequências que a evasão pode causar ao estudante como mostra na tabela 3 a seguir:

Tabela 3: Principais consequências da evasão escolar e suas manifestações no âmbito discente

Consequências	Manifestações		
	Depressão	Ideias Suicidas	Baixa Tolerância
	Ansiedade	Condutas Paranoicas	Cinismo
Psicológicas	Obesidade e Fobia	Sentimento	Condutas Atípicas
Físicas	Fadiga Crônica	Tensão Muscular	Alterações no sono
	Somatizações	Gastrite e Úlcera	Hipertensão
Escolares	Atitudes Negativa para as tarefas Incapacidade para	Diminuição do rendimento	Abandono
Interpessoais	realizar um trabalho rigoroso	Insatisfação	Desmotivação
	Diminuição da qualidade de vida	Falta de interesse social	Irritabilidade

Fonte: Javier e Mallada (2011).

No cenário da sociedade, a evasão atinge a todos direta e indiretamente. Inicialmente, o abandono na educação superior, diminui a quantidade de pessoas instruídas que estarão atuando na sociedade como conta Bruns (1985), e consequentemente, contribuirá para a elevação da pobreza, das enfermidades, do desemprego, causando situações precárias, que pode elevar a violência e a insegurança social. E para combater estas situações será necessário investir em mais segurança, saúde e infraestrutura para atender as vítimas deste fenômeno. Este contexto, é para chamar a atenção de que ao passo que se é investido recursos financeiros em outros setores da sociedade, menos se investirá em educação.

Quando o aluno não conclui, acontece perda econômica, social e temporal. O desemprego é consequência da perda social e impacta no crescimento da economia e amplia as desigualdades na sociedade (ADACHI, 2009 apud GAIOSO, 2005). Nesse caso, quando não há retorno financeiro para a população, demonstra que o investimento

não esta rentabilizando, para o crescimento local, regional e/ou nacional. Tendo em vista, que o Brasil gasta em torno de 5,8% do PIB (Azevedo, 2014) apenas na educação pública para o não sucesso.

Na esfera da família, as perdas variam conforme a estrutura familiar na qual o aluno está inserido. Para os pais, geralmente se interrompem as expectativas quanto ao futuro dos filhos e se sentem impotentes diante da desistência, causando sentimento de ressentimento por ter investido dinheiro e tempo para que o filho entrar na educação superior. Em outras palavras, se a família é considera de baixa renda e para ter um membro da família na graduação foi preciso aplicar dinheiro e depois quando o aluno não conclui o curso, possivelmente trarão para a família prejuízos econômicos.

Na perspectiva econômica, Belfield e Levin (2007) retratam que na Califórnia as perdas financeiras giram em torno de 46,4 bilhões de dólares devido à evasão escolar. No ano de 2005, um a cada quatro adultos entre 18 e 64 não conseguiram concluir a graduação. Já no Texas McNeil et al. (2008) relata que 25% dos estudantes não chegaram até o fim do ciclo de estudos, em outras palavras, são 135 mil jovens fora da universidade. Na Califórnia o Governo assumiu cerca de 9,5 bilhões de dólares (Belfield e Levin, 2007), sendo 3,1 bilhões de dólares para os prejuízos fiscais, 3,5 bilhões de dólares para a saúde, 2,5 bilhões de dólares para o combate ao crime e 400 milhões de dólares para as despesas com o bem-estar da população (BELFIELD E LEVIN, 2007).

Adachi (2009) apud Gaioso (2005) relatam que as perdas vão além do econômico, insere-se na não concretização do sonho que estava sendo construído (TESTEZLA, 2010). Na perspectiva, de uma vida melhor, não só para o aluno, mas para toda a família. No universo das Políticas Públicas, a evasão é o aviso de que houve falência dos programas de educação (TESTEZLA, 2010). A ruína de todo o processo de pesquisa, planejamento, organização, execução e controle de Leis, Decretos, programas, ações e planos que tinham como objetivo a redução dos índices de evasão na educação superior. Assim, registra-se que os investimentos públicos não serão revertidos para a sociedade e tão pouco diminuirá a desigualdade social (Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA, 2011), causando prejuízos aos cofres públicos e o consequentemente Governo arca três vezes mais com a decisão de abandonar.

4 O PROGRAMA REUNI E A EVASÃO NA UFPB

4.1 Objetivos do programa REUNI

O Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007 (Brasil, 2007) integrado a uma das ações do Plano de Desenvolvimento da educação – PDE, criado e implantado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O REUNI teve como objetivo possibilitar condições de acesso à educação superior pública, no nível de graduação, e a sua meta global pretendia aumentar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e a taxa de alunos por professor para dezoito, considerando o período de seis anos desde a criação do programa (BRASIL, 2007; SOUSA, CARVALHO, 2012).

Para concretizar as propostas do programa, o total de investimento projetado para o período de 2007 a 2012 foi de dois bilhões de reais e as participações das universidades se deram de forma voluntária, pois, a universidade poderia exercer autonomia institucional, propondo trajetórias acadêmicas flexíveis, respeitando a realidade local de cada instituição. O REUNI ficou conhecido pela expansão do acesso à educação superior para os estudantes classificados de baixa renda. O programa precisou lidar com algumas vertentes como, a redução da taxa de evasão, a ocupação de vagas ociosas e a reorganização dos cursos de graduação. Essas vertentes causaram e causam impactos na educação, algumas delas de forma positiva como maior acesso as classes populares e outros.

4.2 O REUNI e a UFPB

No ano de 2007, o REUNI aprovou o projeto proposto pela UFPB através da resolução CONSUNI 27/2007 em 12 de novembro de 2007 (ADUFPB, 2012; RELATÓRIO DE GESTÃO, 2011). Para a UFPB o Reuni foi uma oportunidade de reestruturar e expandir o campus com um valor estimado de 136 milhões que seriam investidos em contratações de professores/técnicos, aquisição de novos equipamentos, materiais permanentes e construção de novos empreendimentos.

As propostas elaboradas para o REUNI pela UFPB foi ancorada em torno de indicadores como a taxa de evasão por curso e área de conhecimento, taxa de retenção por curso, taxa de conclusão por curso e área de conhecimento e quantitativo de bolsas

de tutoria e de estágio docência. Estes indicadores nortearam as propostas de ampliar a taxa média de conclusão dos cursos de graduação de 65,5% em 2007 para 90% em 2012 e elevar a relação média de aluno por professor de 13,2 em 2007 para 18 em 2012 (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2012).

Nesse contexto, a UFPB propôs um programa de combate à retenção e à evasão, visto que, a taxa de evasão por coorte estava em aproximadamente 35% nos cursos de graduação no ano de 2007. O programa tinha como meta reduzir em 10% a evasão do índice atual de abandono da universidade (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2009). Para alcançar essa meta, traçou estratégias como, instituir programas de tutorias nos cursos com altos índices de evasão, oferecer cursos de nivelamento para os alunos ingressantes com o auxílio de bolsas, cursos de férias para as disciplinas com índices elevados de reprovação e por fim aula de reforço via internet ou presencial (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2009).

Destaca-se que no ano de 2008 a UFPB tinha em torno de 67 cursos de graduação presencial, com 21.152 alunos matriculados na graduação presencial (Relatório de Gestão- REUNI, 2012), de modo que, nos cinco anos subsequentes, o programa possibilitou a entrada de cerca de 25.654 novos ingressantes para a UFPB, sendo 19.544 para os cursos de graduação presencial e 6.110 para os cursos à distância, assim como, proporcionou e ampliou uma estrutura multicampi, composto por cinco campi, dezesseis centros e 129 cursos presencias e à distância (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2012; CPME/UFPB, 2013).

No entanto, ressalta-se que a organização dos cursos de graduação é dada em função do turno que é ofertado, ou seja, manhã, tarde e noite. Como também pelo tipo de modalidade que no caso específico dividem-se em Licenciatura, Bacharelado e Tecnólogo. Devido a essa configuração, os cursos de graduação da UFPB terminam por se duplicar, como mostra a tabela 4 abaixo com o total de ingressantes e de cursos por centro:

Tabela 4: Total de Cursos e Ingressantes por Centro – UFPB 2007-2012

Campus	Centro	Total de Cursos	Total de Ingressantes
I	Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN	14	2369
I	Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL	15	3581
I	Centro de Ciências Jurídicas – CCJ	2	513
I	Centro de Ciências Médicas – CCM	1	184
I	Centro de Ciências da Saúde – CCS	12	1824
I	Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA	7	2296
I	Centro de Comunicação, Turismo e Artes - CCTA	17	1365
I	Centro de Educação – CE	6	1481
I	Centro de Energias Alternativas e Renováveis - CEAR	2	129
I	Centro de Tecnologia – CT	10	1575
II	Centro de Ciências Agrárias – CCA	8	810
III	Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias - CCHSA	5	887
IV	Centro de Ciências Aplicadas e Educação - CCAE	14	1894
V	Centro de Informática – CI	3	363
V	Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional – CTDR	3	273
	Cursos à Distância – UFPB VIRTUAL	9	6110

Fonte: NTI/UFPB, 2013; CPME/UFPB ABRIL, 2013.

Vale ressaltar que a UFPB considera como forma de ingresso o aluno graduado, a transferência (PSTV), transferência ex-oficio, reopção de curso, mudança de campus/Curso Aut Consepe, reingresso por decisão do Consepe, reingresso PRG RES Consepe nº 082.2011, ENEM/SiSU, Programa PIANI e o vestibular (NTI, 2013). Considera-se quando a universidade tem programas de ensino, pesquisa e extensão, devem-se destacar as despesas anuais por aluno e por universidade em relação ao PIB de cada país (OCDE, 2013). Vale ressaltar, que este trabalho analisará o período do Reuni e apenas os cursos da graduação na modalidade presencial.

Em 2011, o INEP no ano de 2011 utilizou indicadores financeiros para demostrar, que os cursos de nível superior duram em média quatro anos e o custo mensal por aluno gira em torno de R\$ 1.725,00 o que leva a um custo anual de R\$ 20.690,00 (INEP, 2011). Em uma perspectiva internacional se trata de um valor alto, que ultrapassa até a média dos países membros da OCDE (OCDE, 2013) Para a UFPB o custo por aluno em valores nominais, como se mostra na tabela 5 abaixo:

Tabela 5: Valor financeiro anual por estudante na UFPB 2007-2012

Indicadores TCU 408/202	Valor em R\$	Exercício
Custo Corrente com HU/ Aluno Equivalente	11.972,14	2007
Custo Corrente com HU/ Aluno Equivalente	13.239,24	2008
Custo Corrente com HU/ Aluno Equivalente	13.267,12	2009
Custo Corrente com HU/ Aluno Equivalente	14.384,81	2010
Custo Corrente com HU/ Aluno Equivalente	14.055,69	2011
Custo Corrente com HU/ Aluno Equivalente	14.237,18	2012

Fonte: Relatório de Gestão da UFPB (2012; 2011).

Segundo o Relatório de Gestão (2012) da UFPB os valores mudaram pouco de 2007 a 2012 e entre os custos correntes considerados pelo Tribunal de Contas da União da Paraíba, estão às despesas da universidade com: hospitais, reformas, pensões, sentenças judiciais, entre outras. Neste estudo, esta sendo utilizado o valor do aluno equivalente com HU, tendo em vista que, o estudante poderá utilizar os serviços do hospital universitário, no decorrer do curso. Assim, o custo de um aluno para a universidade no último ano do REUNI girava em torno de R\$ 14.237,18 ao ano o que equivale a um valor mensal de R\$ 1.186,44.

Em concordância com os dados acima, será utilizado o total de alunos ingressantes de cada ano e multiplicado pelo seu respectivo custo anual considerado pela universidade, para se chegar ao investimento total, como está descrito na tabela 6 abaixo:

Tabela 6: Investimento anual realizado pela UFPB 2007-2012

	NTO 1	<u> </u>	T
Ano	Nº de	Custo anual	Investimento
	Ingressantes	por aluno	em R\$ nominais
2007	4441	11.972,14	53.168.273,74
2008	4226	13.239,24	55.949.028,24
2009	3730	13.267,12	49.486.357,60
2010	2838	14.384,81	40.824.090,78
2011	2522	14.055,69	35.448.450,18
2012	1787	14.237,18	25.441.840,66

Fonte: NTI, 2013; TCU 408/202.

A soma da última coluna estima-se um montante em torno de R\$ 260.318.041,20 investidos nos alunos, para a manutenção de todos os itens citados anteriormente pelo TCU da cidade de João Pessoa. Essa quantia nos permite perceber e evidenciar a evolução da relação custo-aluno para a UFPB. Tendo em vista, que à medida que se investe mais, naturalmente se alcançarão as metas estipuladas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPB. Na tentativa dentre diversos fatores, garantir a permanência e conclusão do aluno, para que dessa forma não comprometa o orçamento da universidade, já que é composto pelo total de egressos da instituição.

4.3 Métodos de cálculo de evasão da UFPB

No caso da UFPB não há um método padrão para se mensurar a evasão escolar, a universidade identifica as causas e os tipos que consideram serem os mais importantes, através de estudos e pesquisas realizadas no âmbito da UFPB, para posteriormente classificar os alunos em evadidos, retidos e diplomados. O método utilizado para demonstrar os indicadores de evasão segundo os documentos oficiais da universidade se dá por meio da taxa de coorte, onde são encontrados os índices mais elevados. Por isso, explica-se a taxa de evasão de 35% expostos pelo projeto do REUNI.

Outros estudos a exemplo do Núcleo Avançado em Experimentação e Pesquisas Estatísticas - NAEPE, constituídos, pelos pesquisadores Hemílio Fernandes Campos Coelho e Camila Ravena de Oliveira utilizam outro método. Nesse caso, o NAEPE realizou no seu estudo quantitativo da evasão na UFPB utilizou o método do instituto Lobo para calcular a evasão anual da UFPB no período REUNI. Contudo, torna-se indispensável informar que nos dados fornecidos pelo NTI-UFPB para que Coelho e Oliveira (2014) pudessem realizar os cálculos de abandono da universidade, foram encontradas algumas inconsistências, provavelmente devido a cursos recémciados ou extintos no decorrer da história da UFPB. Dessa maneira, nem todos os cursos foram analisados pela pesquisa do NAEPE.

4.4 Taxas de evasão na UFPB

4.4.1 Grupo alvo e procedimentos

Primeiramente, precisam-se esclarecer alguns parâmetros importantes para compreender os índices de evasão da universidade. Como fora dito anteriormente a

universidade é composta por cinco campi, sendo que o campus V Reitor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque não foi incluído na pesquisa porque iniciou as suas atividades educacionais após o REUNI, ou seja, a partir de 2013.

O Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional - CTDR foi criado em 2011, o Centro de Energias Alternativas e Renováveis criado em 2009 e o Centro de Biotecnologia criado em 2011, não foram incluídos na pesquisa porque não foi possível calcular a média de evasão considerando o período de 2007 a 2012, tendo em vista, que são cursos criados durante o REUNI. Da mesma maneira a UFPB virtual com os cursos à distância também não foram incluídos na pesquisa, pois, são analisados apenas os alunos matriculados nos cursos de graduação presencial.

Os outros centros de ensino se encaixam no perfil da pesquisa, visto que, enquadram-se dentro dos padrões para o cálculo de evasão estabelecido para se chegar a estimativas aproximadas da situação real de abandono escolar. Para analisar a evasão na UFPB serão consideradas as seguintes entidades: a evasão geral, por campus e por fim a evasão por centro.

Para efetuar uma análise mais detalhada, serão vistos três medidas estatísticas básicas: a média dos seis anos em observação (M), o desvio padrão (DP), que é o indicador de oscilações da evasão durante o período REUNI e o coeficiente de variação (CV) que mostra a variação (DP) com relação à média (M) de evasão por centro. Um valor de DP elevado indica uma alta volatilidade, um valor baixo indica que houve poucas mudanças no decorrer do período.

O coeficiente de variação é uma medida utilizada para mensurar a dispersão relativa, que permite comparar distribuições com médias diferentes. Quanto menor for o coeficiente de variação, mais similares são os dados em relação à variabilidade. Para motivos desta pesquisa, é considerado baixo quando for menor ou igual a 25%.

4.4.2 Evasão geral

O gráfico seguinte mostra a evasão geral na UFPB, no período do REUNI onde se deve considerar a média mais elevada no ano de 2010 com 17,35% e a mais baixa em 2012 com 13,03%. E do início do programa em 2007 até o seu término no ano de 2012 houve pouca variação.

EVASÃO GERAL 35,00% 30,00% 25,00% 20,00% 15,00% 10,00% 5,00% 0,00% 2007 2008 2009 2010 2011 2012 ■ Série2 14,24 15,58 15,70 17,35 13,28 13,03

Gráfico 2: Evasão geral na UFPB (2007-2012) em %

Fonte: NAEPE, 2014

4.4.3 Evasão por Campus

A evasão por campus exibe, de maneira geral, as diferentes situações do abandono escolar nos diversos campi da Universidade Federal da Paraíba no período correspondente à atuação do REUNI (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2012).

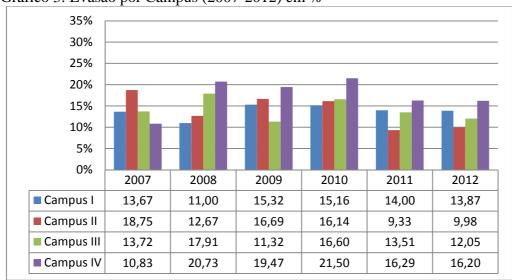


Gráfico 3: Evasão por Campus (2007-2012) em %

Fonte: NAEPE - UFPB (2014).

Com esses valores obtidos, pode-se analisar cada campus particularmente, iniciando pelo Campus I, o qual é o maior em número de alunos. Nota-se que no ano de

2007 a taxa de evasão estava em 13,67% e em 2012 ficou em 13,87%. Diante deste cenário não houve uma mudança significativa, o que demonstra que para esse campus o REUNI não interferiu diretamente no índice de evasão.

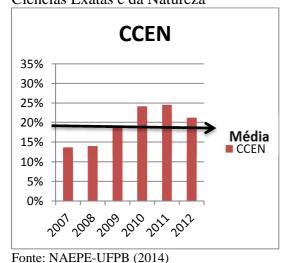
Já no Campus II ocorreu uma redução considerável e progressiva, tendo em vista que no ano de 2007 o índice de evasão estava em torno de 18,75% e no ano de 2012 diminuiu para 9,98%. Um indicador positivo para o mesmo intervalo de tempo considerado para todos os campi da UFPB, no entanto o número de alunos do Campus II é inferior ao do Campus I.

Para o Campus III, este expõe um movimento altamente volátil entre os anos analisados, como evidenciado no ano de 2007 que o indicador estava em torno de 13,72% e no ano seguinte já estava por volta de 17,91% e diminuindo no ano de 2009 e assim seguiu até 2012.

O Campus IV, o mais novo da UFPB, expressa os maiores indicadores de abandono da UFPB, como no ano de 2008 e 2010, onde no primeiro ano o índice estava em 20,73% e em 2010 com 21,50%. Evidenciando que nesse campus a evasão só cresceu de 2007 até 2012.

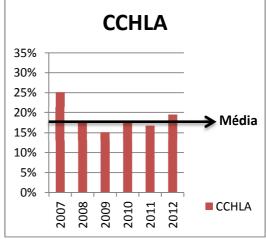
4.4 Evasão por Centro

Gráfico 4: Evasão no Centro de Ciências Exatas e da Natureza



Fonte: NAEPE-UFPB (2014)

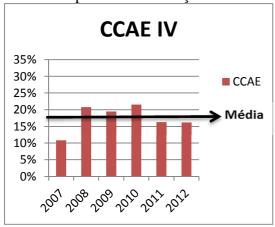
Gráfico 5: Evasão no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes



As três maiores médias de evasão encontram-se no Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN (19,45%), no Centro de Ciências Humanas, Letras e

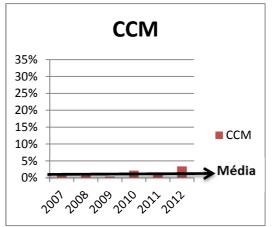
Artes – CCHLA (18,60%) e no Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE (17,50%)

Gráfico 6: Evasão no Centro de Ciências Aplicadas e Educação



Fonte: NAEPE-UFPB (2014)

Gráfico 7: Evasão no Centro de Ciências médicas



Fonte: NAEPE-UFPB (2014

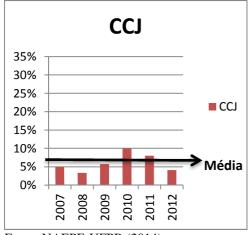
O CCEN possui o desvio padrão em torno de 4,36 e o CCHLA com 3,18 já o CCAE IV com 3,6. Nesse caso o CCEN possui a segunda maior taxa de dispersão. Em contrapartida, seguem os três centros com as menores taxas de evasão na UFPB. São eles o Centro de Ciências Médicas – CCM com 1,51% e o seu desvio padrão em torno de 1, o Centro de Ciências Jurídicas – CCJ com 6,06% de evasão e 2,28 de DP e por fim, o Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA com a média de evasão com cerca de 13,27% e 1,74 de DP.

Esses dados corroboram com a ideia de Silva Filho (2009), de que é impossível eliminar a evasão, visto que, ela pode chegar a índices mínimos como é o caso do CCM, mas nunca vai deixar de existir, desse modo, pode ocorrer à minimização da evasão, mas não a eliminação. No caso do CCM, o centro com o menor índice de evasão, o então coordenado Severino Ramos de Lima que se encontra no seu terceiro mandato como gestor do centro, relata que do ano de 2007 a 2009 a evasão se deu no CCM possivelmente porque os alunos não se identificavam com o curso ou estavam lá porque se tratava do desejo da família.

A partir do ano de 2010 até os dias atuais, o Sisu foi e é na opinião do gestor o maior responsável pela evasão no curso de Medicina. O abandono acontece da

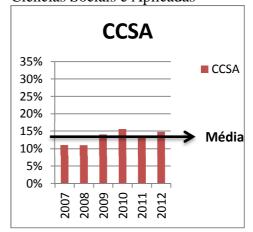
seguinte maneira, o aluno ingressa por meio do Sisu e passados dois semestres do início do curso o aluno realiza novamente o Sisu e alcança a pontuação necessária e volta para a sua terra de origem. Criando nesse caso uma vaga ociosa que poderá possivelmente ser preenchido por meio do PSTV, que é o programa que recebe alunos de fora do Estado para estudar na UFPB. No entanto, o coordenador explana que o Centro de Ciências Médicas ainda trabalha com regras antigas para lidar com situações novas, o que de certa forma limita a atuação dele enquanto gestor, para combater o fenômeno, que de 2013 a meados de 2014 se apresenta de maneira crescente, tendo em vista, de que a cada 60 alunos ingressantes, apenas 45 se formam. Um índice alarmante para um curso que possui uma trajetória acadêmica de sucesso

Gráfico 8: Evasão no Centro de Ciências Jurídicas



Fonte: NAEPE-UFPB (2014)

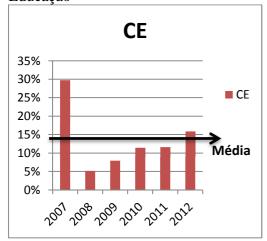
Gráfico 9: Evasão no Centro de Ciências Sociais e Aplicadas



Podemos ainda traçar uma linha comparativa entre os centros com os maiores e menores indices de evasão e buscar refletir porque essa grande diferença entre os centros, se estamos nos referindo a mesma instituição de ensino. Nesse caso, existem causas variadas que levam ao abandono, por exemplo o Centro de Ciências Médicas-CCM, como já fora exposto e suas possíveis causas de evasão.

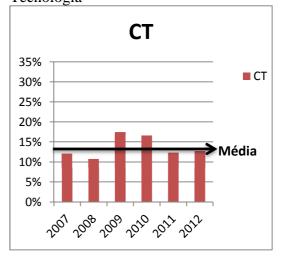
Já para compreender o índice de evasão de 19,45% do Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN surge à hipótese de que este centro oferece seis cursos na área de exata, que são relativamente fácil de ingressar, no entanto, durante o curso oferece condições desfavoráveis para a conclusão do curso, sobretudo por causa de disciplinas consideradas difíceis.

Gráfico 10: Evasão no Centro de Educação



Fonte: NAEPE-UFPB (2014)

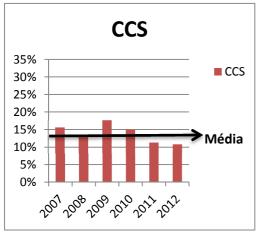
Gráfico 11: Evasão no Centro de Tecnologia



Vamos agora dividir um conjunto com quatro gráficos que possuem as médias de evasão aproximadas. Observe o gráfico do Centro de Educação – CE possui uma média em torno de 13,61% e o DP é o que chama atenção por ser o índice mais alto de todos os centros analisados com 7,94. Este indicador aponta que houve uma variação muito elevada durante os seis anos do programa REUNI. O CE destaca-se também pelo seu coeficiente de variação que chegou a 58% o segundo mais alto, ficando atrás apenas do CCM com 66%, o qual representa, devido à sua média baixa, um caso excepcional.

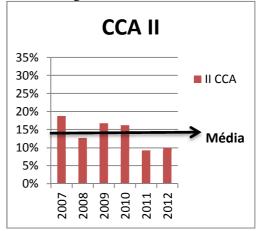
Segundo o NTI, evidenciam-se sete tipos de evasão no CE, durante o período analisado, chegando a um total de 814 alunos evadidos. Entre eles, 521 abandonaram, 228 solicitaram a saída, 50 optaram por mudança de curso, 10 pediram transferência, 4 cancelaram o curso e 1 faleceu. É possível identificar apenas os tipos de evasão que ocorreu nesse período, no entanto, as causas são desconhecidas nesse período de 2007 a 2012, devido a ausência de estudos com relação as causas.

Gráfico 12: Evasão no Centro de Ciências da Saúde



Fonte: NAEPE-UFPB (2014)

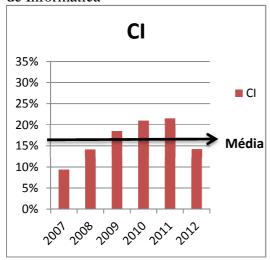
Gráfico 13: Evasão no Centro de Cências Agrárias



Fonte: NAEPE-UFPB (2014)

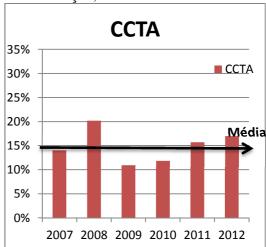
No Gráfico referente ao Centro de Tecnologia – CT a média surge por volta de 13,65% e o DP com 2,65 e o coeficiente de variação em torno de 18% que explica que houve poucas mudanças no período estabelecido pela pesquisa. Continuando com o Centro de Ciências da Saúde – CCS cuja média de evasão foi de 13, 90% com o DP de 2,41 e o Centro de Ciências Agrárias – CCA com 13,92 e DP de 3,51. Nesse caso, notase pouca variação com relação à média de evasão, no entanto, no caso do DP destaca-se o CE com o maior e o CT entre os quatro centros apresenta o menor índice de dispersão com 2,46 o que mostra nos dois últimos centros certa estabilidade ou volatilidade entre os índices de evasão.

Gráfico 14: Evasão no Centro de Informática



Fonte: NAEPE-UFPB (2014)

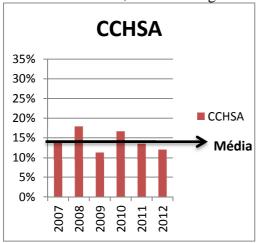
Gráfico 15: Evasão no Centro de Comunicação, Turismo e Artes



Fonte: NAEPE-UFPB (2014)

De maneira geral, permite-se interpretar a média como sendo o ponto de equilíbrio dos desvios dos valores, por exemplo, no caso do Centro de Informática que apresenta uma média de evasão de 16,45%, com um DP em torno de 4,29 e o Coeficiente de variação de 26%. Demonstra apenas uma leve alteração com relação ao coeficiente de variação, isso significa uma leve variação dos dados.

Gráfico 16: Evasão no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias



Fonte: NAEPE-UFPB (2014)

Analisando o Centro de Comunicação Turismo e Artes – CCTA chegou-se a uma média de evasão de 14,93%, com o CV em torno de 21%, considerado um bom indicador, porque esta dentro do limite e o DP de 3,12. No

caso do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias – CCHSA possui índices semelhantes ao CCTA, com média de 14,19%, DP de 2,35 e o coeficiente de variação de 17%.

Observa-se na tabela 7 abaixo uma síntese da situação dos centros com os três indicadores trabalhados até o momento para a análise de cada centro. Nessa tabela, notam-se os três centros com as maiores e menores médias de evasão e os índices de volatilidade (CV) como é o caso do CCM com 66%, seguido do CE com CV de 58%, e por fim o CCJ com 38%, o que demonstra uma variação muito elevada no período de seis anos.

.

Tabela 7: Indicadores de evasão por Centro

Campus	Centros	Média	Desvio	Coeficiente
		(M)	Padrão (s)	de Variação
				(CV)
I	CE	13,61	7,94	58%
Ι	CCEN	19,45	4,36	22%
I	CI	16,45	4,29	26%
I	CCHLA	18,60	3,18	17%
I	CCTA	14,93	3,12	21%
I	CT	13,65	2,46	18%
I	CCS	13,90	2,41	17%
I	CCJ	6,06	2,28	38%
I	CCSA	13,27	1,74	13%
I	CCM	1,51	1,00	66%
II	CCA	13,92	3,51	25%
III	CCHSA	14,19	2,35	17%
IV	CCAE	17,50	3,60	21%

Fonte: Fialho (2014).

4.5 Avanços e retrocessos

Este tópico tem o objetivo de destacar os centros que apresentaram avanços significativos no sentido de diminuir as taxas de evasão e identificar se a situação piorou ou melhorou com o REUNI. Para isso, faz-se necessário compreender que o $\Delta(E)$ a absoluto é a diferencia entre 2007 e 2012 e o $\Delta(E)$ r relativo se calcula da seguinte maneira: $(E_{2012}$ - $E_{2007})/E_{2007}$.

Como demonstra a tabela 8 abaixo, os três centros que conseguiram durante o REUNI diminuir suas taxas de evasão de forma significativa foram o Centro de Educação – CE (47%), o Centro de Ciências Agrárias (47%) e o Centro de Ciências da Saúde – CCS (31%). Outros centros (CCHLA, CCJ, CCHSA) também alcançaram uma redução, porém em magnitude menor.

Tabela 8: Impacto do REUNI

CENTRO	E %	E %	$\Delta(E)_a$	$\Delta(\mathbf{E})_{\mathbf{r}}$
	(2007)	(2012)		
CE	29,74	15,81	13,93	-47
CCA	18,75	9,98	8,77	-47
CCS	15,58	10,81	4,77	-31
CCHLA	25,00	19,00	6,00	-24
CCJ	5,07	4,15	0,92	-18
CCHSA	13,72	12,05	1,67	-12
CT	12,07	12,75	-0,68	6
CCTA	14,00	16,92	-2,92	21
CCSA	11,02	14,78	-3,76	34
CCAE	10,83	16,2	-5,37	50
CI	9,36	14,22	-4,86	52
CCEN	13,67	21,14	-7,47	55
CCM	1,08	3,38	-2,3	212

Fonte: NTI (2013); Autor (2014)

Por outro lado, existem sete centros que não conseguiram avançar, senão, pelo contrário, mostram um aumento da evasão. Sem considerar o CCM, que é um caso específico, os piores índices apresentam o CCEN, onde a evasão elevou-se nos últimos seis anos em 55%, o CI com 52% e por fim o Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE com o índice de 50%.

Em resumo, os dados apresentam um panorama ambivalente onde há um equilíbrio entre avanços e retrocessos. Seis centros (CE, CCA, CCS, CCHLA, CCJ e CCHSA) conseguiram diminuir os índices de evasão durante os anos do programa e outros seis (CCTA, CCSA, CCAE, CI, CCEN, CCEN) pioraram seus índices. Em um centro (CT), a situação continua quase inalterada. Os prejuízos econômicos, provocado pela evasão representadas pelos números atuais de abandono como serão vistos no próximo capítulo.

4.6 Prejuízos econômicos

Por conseguinte, para estimar o prejuízo econômico causado pela evasão escolar no período de 2007 a 2012 na UFPB, foram utilizados os dados fornecidos pelo Núcleo de Tecnologia da Informação, como o número de evadidos no referido período, aonde se chega a um total de 15.343 alunos evadidos da universidade na modalidade

presencial. Para se chegar ao resultado do prejuízo anual provocado pela evasão escolar utilizou-se a seguinte fórmula de perda anual:

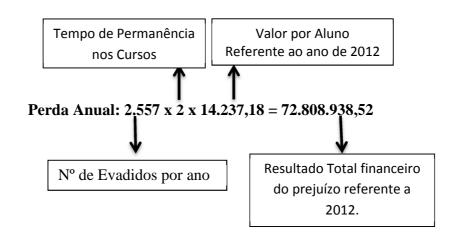
Perda Anual = Nº de Evadidos anual x Média de Permanência x Gasto Direto por Aluno

Quadro 2: Explicação da fórmula de perda anual

Perda Anual				
Termos	Significado			
N° de Evadidos	Nº total de alunos que abandonaram os cursos durante seis anos (15.343 evadidos), dividido pelo total de anos do REUNI (6). Isso significa que 15.343/6 = 2.557 alunos evadidos por ano.			
Média de Permanência	Estimou-se a média de permanência nos cursos de graduação de dois anos, levando em consideração que os cursos duram no mínimo quatro anos e no máximo seis anos.			
Gasto Direto por Aluno	Foi utilizado o valor anual por aluno referente a cada ano do período de 2007 a 2012, conforme demonstrado na tabela de valor financeiro anual por estudantes da UFPB.			

Fonte: Fialho, 2014.

Ademais, na tentativa de viabilizar a melhor compreensão da fórmula acima, seguirá o exemplo do ano de 2012 e seu respectivo prejuízo, da seguinte maneira:



Da mesma forma, será calculado o prejuízo para todos os anos do REUNI como segue na tabela 9 abaixo, visto que, o objetivo é estimar o valor aproximado dos prejuízos causados pela evasão no período de seis anos, utilizando o custo por aluno referente a cada ano:

Tabela 9: Perda anual causada pela evasão na UFPB em milhões de R\$ 2007-12 (valores nominais)

2007 61,22	
_ ,	
2008 67,71	
2009 67,85	
2010 73,56	
2011 71,88	
2012 72,81	

Fonte: Relatório de Gestão, 2011 e 2013; NTI, 2013.

Somando os dados acima se pode inferir que o prejuízo econômico total nominal causado pela evasão escolar para a UFPB foi em torno de R\$ 415.032.704,52. E para fazer a relação entre os prejuízos anuais e o orçamento anual da universidade, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através da Lei Orçamentária Anual – LOA, nº 11. 647 de 24 de Março de 2008, volume V trazem os orçamentos da União detalhando os créditos orçamentários do poder executivo do Ministério da Educação de todas as universidades federais do Brasil.

Igualmente importante no processo de entendimento do orçamento da UFPB que é dado através da matriz orçamentaria por meio do Decreto nº 7.233 de 19 de Julho de 2010 e da Portaria nº 651 de 24 de Julho de 2013. É relevante informar que até o ano de 2008 o orçamento da universidade era constituído juntamente com o orçamento do Hospital Universitário Lauro Wanderley, contudo, a partir de 2009 os orçamentos foram organizados separadamente, como mostra a tabela 10 abaixo:

Tabela 10: Evolução do orçamento da UFPB em milhões de R\$ 2007 – 2012 (valores nominais)

Orçamento Anual					
Ano	UFPB	HULW	Orçamento Total		
2007	526,34		526,34		
2008	589,57		589,57		
2009	537,82	54,36	592,18		
2010	673,06	82,20	755,26		
2011	762,96	103,68	866,64		
2012	902,14	141,21	1.013,35		

Fonte: Ministério do Planejamento (2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012).

Por meio destas informações, pode-se estabelecer a relação entre o prejuízo econômico e o orçamento da UFPB no período de 2007 a 2012. Assim, no ano de 2007 a UFPB teve um prejuízo econômico em torno de 11,63% com relação ao orçamento da universidade, em 2008 a perda foi de 11,48%, em 2009 foi de 11,46%, no ano de 2010 9,7%, já ano no ano de 2011 foi de 8,29% e por fim em 2012 estimou-se por volta de 7,18%. Como mostra o gráfico 17 abaixo:

Gráfico 17: Evolução da perda econômica da UFPB em % do Orçamento 2007/2012

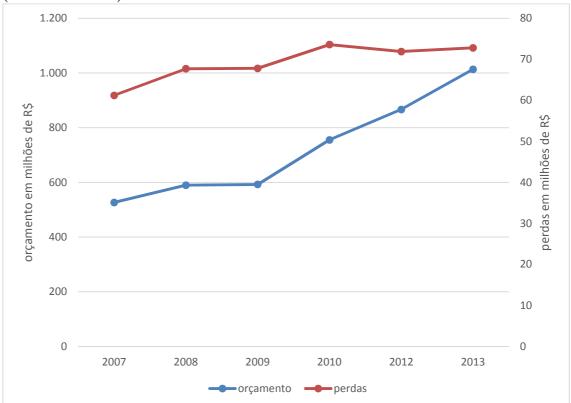


Fonte: Relatório de Gestão, 2011 e 2013; Ministério do Planejamento (2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012). NTI, 2013.

Essa relação estabelecida pode-se observar um movimento no sentido positivo, visto que, houve uma redução de 4,45% de 2007 a 2012 da perda

econômica provocada pela evasão a Universidade Federal da Paraíba. No entanto, esta redução se deve somente ao crescimento forte do orçamento da instituição. Em termos absolutos os prejuízos anuais continuam sendo altos como for mostrado mais acima na tabela 9, causando um desperdício de recursos públicos em seis anos de R\$ 415.032.704,52 em total como demonstra o gráfico 18 abaixo.

Gráfico 18: Orçamento e perdas da UFPB 2007-2012 em milhões de R\$ (valores nominais)



Fonte: NAEPE-UFPB (2014)

5. CONSEQUÊNCIAS DA EVASÃO PARA A GESTÃO UNIVERSITÁRIA

5.1 Análise dos resultados

A evasão escolar é considerada um fenômeno heterogêneo, porque envolve pontos sociais, políticos, econômicos, administrativos, psicológicos e etc (BAGGI E LOPES, 2010). Isso se dá, porque a saída dos estudantes do ensino superior causam sérias perdas sociais, acadêmicas e econômicas no aspecto macro (BAGGI e LOPES, 2010). Lobo (2012) relata que a evasão provoca perdas no aspecto micro como os recursos e o tempo. Por todos esses fatores a evasão é uma temática que causa preocupação para as universidades públicas e para o MEC desde 1972 (POLYDORO, 2000).

Diante desse contexto, Lobo (2012) retrata que a evasão "é um dos problemas mais sérios da educação, em qualquer lugar, porque todos perdem e compromete o desenvolvimento do país". Baggi (2010) reforça que é preciso implantar políticas públicas, sociais ou compensatórias para minimizar esse fenômeno. No âmbito das perdas ou prejuízos decorrentes da evasão escolar a UFPB sofre consequências negativas na perspectiva econômica e social e essas vertentes foram identificadas pelos gestores da universidade que analisaram os principais prejuízos para a UFPB e para a sociedade. Esta por sua vez, proporcionou elencar cinco categorias que serão analisadas e relacionadas com autores e teóricos que tratam da temática.

5.2 Prejuízos econômicos para a UFPB

Na perspectiva dos gestores da UFPB, quando se fala em prejuízo econômico decorrente da evasão escolar, precisa-se pensar inicialmente que se trata de um "aspecto macro" (P4), pois, é fundamental levar em consideração os fatores externos como as dimensões conjunturais e temporais, que influenciam na "gestão e administração da universidade" (P9). Baggi (2010) corrobora dizendo que a evasão decorre de fatores externos e internos e que a evasão esta vinculada aos contextos históricos, culturais, políticos e principalmente as desigualdades sociais (BAGGI, 2010).

Partindo deste princípio, pode-se compreender o aspecto micro do abandono na esfera da UFPB, para então, detalhar as diversas vertentes que o prejuízo abrange e provoca na universidade. Assim, dentro do contexto da UFPB, o gestor (P3) relata que o

prejuízo econômico acontece possivelmente porque já existem "problemas internos", de ordem "institucional e de gestão" (P9) e quando acontece à evasão isso demonstra "falha e incompetência da instituição" (P2) no que compete a "qualidade do ensino" (P2) ofertado a todos os estudantes.

Baggi e Lopes (2010) acordam que a evasão está associada à qualidade do ensino e o gestor (P7) corrobora alegando que quando ocorre à evasão escolar na UFPB, a "instituição esta falhando de alguma forma" e isso é "ruim para a universidade" (P11), essa falha demonstra ineficiência do sistema universitário (MOROSINI, et al. 2011). E consequentemente traz dimensões negativas para a imagem da UFPB perante o público interno e externo, assim como, afeta o "desempenho da própria instituição" (P4) (POLYDORO, 2000).

Castro e Malacarne (2011) dizem que o abandono esta ligada a gestão universitária e é preciso pensar na gestão da evasão (Lobo, 2012) visto que, envolve vários níveis hierárquicos da IES (Lobo, 2012), como a alta administração e suas decisões que podem facilitar ou induzir a evasão. Geralmente quando se fala em evasão a gestão institucional deve ir além das questões administrativas e tentar oferecer suporte acadêmico, emocional, psicológico, pedagógico, estrutural e administrativo (FREITAS, 2007). Pois, conforme Lobo (2012) é fundamental compreender que o aluno não é sempre o culpado pela evasão (TINTO, 1973). Por isso, se faz necessário desenvolver programas e práticas que ofereçam apoio aos alunos (TINTO, 2006).

No caso da UFPB a evasão demonstra que "não conseguiu atingir o maior público e a maior quantidade de pessoas e abarcar dentro da universidade" (P6), tendo em vista, de que nada adianta atrair ou facilitar o acesso a universidade, senão conseguir mantê-los (LOBO, 2012). Silva Filho (2009) traz que a permanência é uma questão institucional, nesse sentido, é preciso compreender o porquê que os alunos saíram para que a IES possa criar estratégias como alterações no currículo, adequação de metodologias e de avaliação para ajudar os alunos a permanecer no curso (TINTO, 2006; PEREIRA, 2003).

Pois, se a evasão não for minimizada pode comprometer o "trabalho" (P7) docente e técnico da universidade, assim como, os "recursos públicos" (P7) que são destinados a UFPB, ou seja, acontece uma diminuição dos recursos (TINTO, 2006). O

gestor (P4) explica que a evasão causa prejuízos econômicos, porque há um "investimento no aluno" (P4) e quando ocorre o abandono do curso, além da "interrupção na formação" (P5) e (P4) do aluno, este passa a ter um "custo social e financeiro" (P10) para a UFPB.

Lima e Oliveira (2010) reforça essa ideia afirmando que quando os recursos são aplicados e não se tem o sucesso esperado, chama-se de gasto. Já Lobo (2012) diante do contexto da evasão, declara que todos perdem com o abandono, desde o aluno, até o professor, a IES, o Governo e a sociedade, ou seja, é uma perda coletiva (PEREIRA JÚNIOR, 2012; LOBO, 2012). No caso do prejuízo econômico decorrente da evasão será necessário "investir novamente tempo e recurso financeiro" (P9) e que naturalmente não existirá um retorno do investimento realizado, nesse caso, irá provocar perda de investimentos e de recursos humanos (POLYDOR, 2000; BRUNS, 1985).

Para a UFPB é nesse momento que a evasão causa "prejuízos do ponto de vista orçamentário" (P8), (P9), (P10) e (P4) para a UFPB. A questão orçamentária foi considerada o maior prejuízo econômico do ponto de vista dos gestores da UFPB e Lima e Oliveira (2010) corroboram relatando que a decisão de se evadir provoca perdas financeiras consideráveis para as IES. É o que o gestor (P5) chama de "repercussão orçamentária", porque "a medida em que há maior evasão, está diminuindo valores do ponto de vista do próprio financiamento da instituição" (P4).

Em outras palavras, "a instituição tem problemas orçamentários em decorrência do abandono" (P10). E por causa deste fenômeno "vem menos recursos para a universidade" (P9) e "cria-se uma dificuldade orçamentária" (P10) "limitando financeiramente" (P9) a UFPB. Para o gestor (P12) "a evasão está causando um prejuízo financeiro grande para a universidade". E o processo de perda econômica em decorrência da evasão funciona da seguinte maneira na visão dos gestores, "investem-se financeiramente nos alunos" (P4), (P9), e esse fator é importante porque o "orçamento da universidade depende da quantidade de alunos matriculados" (P10).

Pereira (2003), diz que quando acontece este problema de não-conformidade, a receita prevista diminui, pois, o número de alunos matriculados é menor que o planejado, isso acontece porque o "orçamento é proporcional ao número de estudantes" (P12). E "por cada aluno de graduação a UFPB recebe uma quantidade X de recursos" (P10). Nesse

caso, percebe-se que "o quantitativo de alunos influencia no volume de recursos que é destinado a universidade" (P8).

No período do REUNI, a "questão dos investimentos, tinha como um dos eixos a questão do quantitativo de alunos atendidos" (P8), nesse caso o gestor (P9) fala que quando ocorre à evasão, se perde "tempo de investimentos" dentro da UFPB, isto se refere à perda de tempo e de recursos (LOBO, 2012). Para o gestor (P12) "tudo é calculado percentualmente", por conseguinte, "o MEC calcula a renda das universidades perca pita" (P12), assim, quando "diminui o fluxo de alunos de entrada e saída isso pesa no orçamento da universidade" (P9). E quando acontece esse fluxo de alunos Lobo (2012) menciona que é preciso entender o que esta acontecendo, como quem entrou e saiu e por quais razões.

Esse fluxo de alunos pode ser compreendido a partir do exemplo o gestor (P12) onde relata que "a *UFPB tem mais estudantes do que a UFRN, porém, como a taxa de retenção e evasão da UFRN são menores do que as taxas da UFPB, o nosso percentual financeiro é menor*" (P12). Então, no momento em que há o "censo da matrícula na *UFPB fica registrado o número de estudantes*" (P12) e nesse caso quando acontece à evasão prejudica o orçamento e os "recursos *financeiros*" (P9), (P8), (P4) e (P5) da UFPB. Porque se quantifica o número de alunos matriculados, retidos, concluintes e evadidos. Para reforçar essa ideia o gestor (P10), explica que:

[...] Um aluno que evade, quando ele é declarado como evadido significa dizer que a universidade deixou de ter esse aluno declarado e significa dizer que nós perdemos recursos que poderiam ser utilizados na instituição (P10).

Isto posto, a UFPB monta uma estrutura para atender a uma demanda X de alunos e quando se evadem, além da universidade perder no orçamento, tem que manter a "mesma estrutura" (P11), "desperdiçando tempo, trabalho e recursos" (P7) para um quantitativo menor de alunos. Como o gestor (P11) corrobora afirmando que o "prejuízo para a universidade é despender toda a docência em torno de um determinado quantitativo de alunos e acabar de cadeiras vazias" (P11) e (P8). Em outras palavras, "os custos serão os mesmos" (P10) e a universidade "tem que manter a mesma estrutura" (P10) com menos recursos.

O gestor (P8) explica o problema acima da seguinte maneira:

[...] Porque você termina tendo uma estrutura capaz de atender uma turma com quarenta ou cinquenta alunos e você termina por conta da evasão tendo essa mesma estrutura, o mesmo custo orçamentário para manter essa estrutura para atender um número bem inferior de alunos (P8).

Para tanto, Pereira (2003) explana que:

Nas organizações acadêmicas, os custos das atividades desenvolvidas são quase em sua totalidade fixos, destinados, sobretudo ao pagamento de salários e encargos de docentes e técnicos administrativos, visto que, a capacidade instalada é para absorver o número de alunos que ingressam conforme as vagas oferecidas periodicamente em todos os cursos. Caso haja evasão num dado momento, as vagas preenchidas impedem a maximização da receita, e por outro lado, as despesas irão ocorrer da mesma forma (PEREIRA, 2003, p. 14).

Desse modo, a evasão pode comprometer os mais variados setores da universidade, visto que, quando o aluno sai, provocando uma "carência de profissionais" (P3), de estrutura física, da "diminuição no fluxo da biblioteca" (P3), que por sua vez, investiu em livros e documentos esperando um fluxo maior de pessoas, causando prejuízo como a não "utilização do acervo" (P3). O gestor (P11) é taxativo quando afirma que é o "Governo, a sociedade e a instituição que paga para uma demanda que não existe no final" (P11). Por esse motivo, a evasão deveria ser uma política governamental, responsabilizando o uso dos recursos públicos e privados (LOBO, 2012).

5.2.1 Prejuízos sociais para a UFPB

Para compreender os principais prejuízos sociais provocados pela evasão escolar no contexto da UFPB, faz-se necessário conhecer a missão da universidade, como segue abaixo:

Integrada à sociedade, promover o progresso científico, tecnológico, cultural e socioeconômico local, regional e nacional, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, atrelado ao desenvolvimento sustentável e ampliando o exercício da cidadania (PDI, 2009-2012).

A missão ira nortear o entendimento dos custos sociais provocados pelo fenômeno do abandono. Assim, o gestor (P3) relata que a evasão não permite trabalhar o "material humano em potencial" porque simplesmente não se conclui ou "interrompe" o processo de formação do aluno (P5). E esse aspecto prejudica o "desenvolvimento pessoal"

(P4) do estudante. O gestor (P5) declara que a evasão, prejudica entre outros aspectos a aprendizagem do aluno, de maneira que a instituição não conseguira concluir a "formação humana" dos estudantes (P5), tendo em vista, que a UFPB tem certa responsabilidade sobre os alunos (P12).

Portanto, quando não se minimiza a evasão, esse fenômeno acarreta prejuízos na "formação acadêmica" (P7), (P8) e (P9) "pessoal" (P4) e profissional dos alunos, mas principalmente dificulta na "aprendizagem" (P10) ou no "processo de ensino-aprendizagem" (P5) como citado anteriormente. Esses prejuízos refletem o não cumprimento da missão da UFPB, que é "preparar profissionais" (P5) "qualificados" (P9) que possivelmente poderiam "contribuir para o desenvolvimento social" (P6). No âmbito profissional, Bruns (1985) trata das dificuldades profissionais que o sujeito sente diante do mercado de trabalho. Por conta da evasão a sociedade deixa de receber um profissional qualificado, onde, o gestor (P5), explana que a missão da UFPB, não é apenas formar tecnicamente os estudantes, mas formar também na sua "cidadania".

Desenvolvendo os alunos com "postura ética, humana, relacionar-se com os outros e com a sociedade como um todo" (P5). Contudo, o "prejuízo social" (P9) ou "custo social" (P10) fica "esquecido" porque não é percebido (P8) como o prejuízo econômico. Adachi (2009) ressalta que os estudantes não sentem as perdas no âmbito social, porque para eles seria pior se fossem até o fim do curso e não exercer a profissão. A evasão provoca grandes prejuízos no âmbito emocional, psicológico e estrutural das pessoas envolvidas no processo de formação dos estudantes. O que agrava e dificulta no ponto de "vista acadêmico" (P8), pois, cria-se "vagas ociosas" (P10), que poderiam ter sido preenchidas por uma pessoa que tinha a intenção de concluir o curso.

5.2.2 Prejuízos econômicos e sociais para a sociedade

Estes prejuízos decorrentes da evasão escolar dentro do âmbito da UFPB refletem na sociedade e dividem-se assim como na UFPB em prejuízos econômicos e sociais. No aspecto dos prejuízos econômicos se destaca inicialmente o fato da sociedade "contribuir" (P9), "pagar" (P12), "investir" (P8) na universidade, "custeando" (P12) e mantendo todas as atividades da UFPB "funcionando" (P10), através do "conjunto de tributos" (P8), (P10) que são arrecadados e repassados para as universidades do Brasil. Ou

seja, quem paga para que a universidade possa exercer as suas atividades acadêmicas, administrativas e técnicas são os "pais" dos alunos e o próprio "aluno" (P10).

De maneira, que a sociedade espera um retorno da UFPB como forma de contrabalancear o investimento que foram obrigados a fazer, porque no caso de "pagamento de impostos" (P10), resta para os cidadãos pagar e esperar que o Governo faça um bom uso do dinheiro público. Quando isso não acontece percebe-se um mal aproveitamento dos recursos (Adachi, 2009). Pois, era para a universidade devolver para a população em forma de benefícios, na saúde, segurança e educação como é o nosso caso. Em outras palavras, a sociedade "investiu na formação" (P8) dos alunos e quando não ocorre esse retorno à sociedade fica "estanque, na mesma posição social" (P11), tendo em vista, que não houve nenhum progresso de ordem profissional e pessoal.

Como consequência desses fatos citados acima, geram-se os prejuízos sociais, na forma de "profissionais não qualificados" (P2), (P5), (P9) para atuar no mercado de trabalho. Dessa maneira, quando esses alunos se evadiram dos cursos, porque "quanto mais se abandona menos se forma para o mercado" (P3), (P2) possivelmente não terão perspectivas de "qualidade de vida", "melhoras de salário" se submetendo a "condições de trabalhos" desumanos (P11). E a falta de "formação" (P5) contribui para estas características citadas.

Logo, os "problemas sociais" (P10) se agravam, porque a universidade não cumpriu uma das suas funções que é "capacitar e formar" (P8) pessoas, ou seja, quando isso acontece diminui o "material humano qualificado" (P3) não conseguindo dar o "retorno a sociedade" (P2). Nesse contexto, penaliza-se o "desenvolvimento social" (P7) de toda uma população. Essa situação causa um "ciclo vicioso", onde a sociedade "paga a conta" (P7), P(8), esperando um retorno, no entanto, a universidade não cumpre o seu papel de "formar pessoas" (P10), por diversos motivos, gerando profissionais despreparados para a realidade de mercado, ampliando as desigualdades sociais e econômicas do país, como também não contribui para o desenvolvimento social e econômico da sociedade.

Em síntese, todos os gestores destacaram na sua visão os principais prejuízos que a evasão escolar provoca para a UFPB e para a sociedade. Desse modo, as perdas mais

comentadas foram na perspectiva econômica e social, no entanto, alguns abordaram as duas questões e outros destacaram apenas uma das perdas, como esta demonstrada no gráfico 19 abaixo:

20%

Questão 2 - Social

Questão 1 -Econômico

Econômico e Social

Gráfico 19: Principais prejuízos

Fonte: Fialho, 2014

5.3 Sugestões de melhorias na perspectiva dos gestores

O gestor (P8) e (P3) classificam essa "resposta de natureza complexa" e "complicada", tendo em vista, que para sugerir melhorias para a minimização do fenômeno na UFPB é preciso inicialmente conhecer as características de cada curso, pois, "cada curso tem suas particularidades" (P6) como também seria necessário "levantar as principais causas da evasão" (P4), por esse motivo o gestor (P12) fala que é preciso identificar os principais problemas "na ótica dos alunos", para posteriormente elaborar ações ou estratégias específicas para cada área da UFPB.

O gestor (P6) corrobora com tal afirmação quando argumenta que a universidade deveria realizar "uma análise" ou um "estudo das situações pontuais" e a partir daí identificar os "gargalos que geram evasão" (P6). Vasconcelos (2010) aborda que o planejamento educacional é fundamental, porque esta ligada a formação do ser humano e o gestor (P5) relata que a UFPB tem essa "preocupação" principalmente com relação à evasão, porque considera que esse seja o "ponto fraco" da universidade (P5) dentre os diversos desafios que ela enfrenta.

Realizando o planejando, se pode "buscar soluções e parcerias" (P6) junto aos setores privados e públicos. Oliveira e Dourado (2005) demonstra que estabelecer relações entre o público e o privado é uma maneira de estruturar e expandir a oferta da educação, contribuindo para a produção do trabalho e da vida acadêmica. Um exemplo desta relação são os "Convênios" com a "prefeitura e o Governo do Estado" (P12), assim como também com o "Ministério da Educação e Cultura" (P6).

Através destes convênios os alunos poderão começar a "entender o mercado de trabalho" e essa ação pode contribuir para que os estudantes tenham a intenção de concluir o curso, porque o mercado de trabalho oferece opções de atuação profissional. Portanto, o planejamento seria a primeira medida a ser tomada pelos gestores da instituição. Outras ações sugeridas pelos gestores giram em torno da "assistência" (P4) e (P9), "promoção estudantil" e o gestor (P4) explana sobre a "orientação" dos estudantes dentro do âmbito da universidade.

Os gestores entendem que se houver a "ampliação das bolsas" (P9) os estudantes ficaram nos cursos nos quais estão matriculados. Pois, existem "bolsas vinculadas a projetos" assim como tem "bolsas da própria UFPB" (P9). Visto que, estas bolsas motivariam os alunos a não "trabalhar fora" e sim dentro da UFPB (P9) e também porque o aluno vai melhorar a sua "capacitação" (P9) por meio das bolsas ofertadas.

Exemplos de bolsas que já são disponibilizadas aos alunos da UFPB, o gestor (P9) destaca as bolsas do "Pibic", "Monitoria", "Extensão" e a "residência universitária". O gestor (P10) complementa com o programa de transferência voluntária – "PSTV" e o "PROMEBI", "restaurante" o gestor (P4) relata que estas bolsas já são realidade no contexto da UFPB e "fomentam uma possibilidade de permanência" dos estudantes na instituição. Ou seja, "facilita" (P4), "motiva" (P9) e "contribui" (P8) para a redução da evasão escolar na universidade.

Essas ações são exclusivamente para "manter" os alunos na instituição (P11), mas deve se considerar e "organizar medidas e alternativas para os estudantes concluírem o curso" (P11) e "investir" (P12) de fato na qualidade do ensino e na estrutura da universidade. Enfim, oferecer uma "base de apoio" (P4) do ponto de vista da permanência e um pouco de "esforço coletivo" (P4) contribuem para a minimização.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Ao término deste estudo, que teve por objetivo levantar e estudar os impactos da evasão escolar na gestão universitária e por direcionamento responder como vem se manifestando a evasão escolar na UFPB no período de 2007 a 2012 e quais os seus impactos na gestão universitária, verificou-se que a evasão pode ser influenciada tanto pelos fatores externos quanto pelos fatores internos.

Através da literatura existente e dos levantamentos feitos reafirma-se que a evasão pode afetar tanto os indivíduos, como a sociedade e as IES, prejudicando de forma particular o orçamento, a estrutura e a qualidade do ensino oferecido. Essa ideia é reforçada pelo Modelo Teórico de Vicent Tinto (1975) intitulado de Modelo de Integração Acadêmico e Social, onde se ressalta os danos e prejuízos causados pela evasão para a gestão universitária em particular, no entanto, mostra que os prejuízos afetam a Sociedade como um todo.

Nessa esfera, é necessário que a instituição desenvolva estratégias para assegurar a permanência e a conclusão dos estudos, como também, os estudantes, devem ter o compromisso com as suas escolhas. O que torna a evasão um fenômeno contínuo e dinâmico, exigindo de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem uma parceria e colaboração, como forma de combate ao abandono dentro do contexto universitário.

No que diz respeito ao primeiro objetivo específico – "Levantar as taxas de evasão escolar nos centros de ensino da UFPB no período de 2007 a 2012" é possível concluir que os resultados apresentaram traços particulares para cada centro. Visto que, cada centro apresenta uma média de evasão diferente do outro, apesar de estarmos nos referindo à mesma instituição de ensino, evidenciando a subjetividade do fenômeno com relação às causas.

Considerando o segundo objetivo específico da pesquisa -"Analisar através de procedimentos estatísticos os impactos do REUNI no fenômeno da evasão escolar" percebeu-se que dos treze centros analisados, seis centros demonstraram que conseguiram diminuir a evasão, como é o caso do CE, CCA, CCS, CCHLA, CCJ e CCHSA, os outros centros, como o CCTA, CCSA, CCAE, CI, CCEN e o CCM não conseguiram diminuir a

evasão, pelo contrário, tiveram as suas taxas aumentadas nos seis anos do programa. E o CT, permaneceu em equilíbrio no que se referem as suas taxas de evasão. Em suma, chegase a conclusão de que o REUNI não logrou alcançar as suas metas de combater a evasão como era previsto - os 90% da taxa média de conclusão dos cursos.

Quanto ao terceiro objetivo específico – "Estimar os prejuízos econômicos causados pela evasão a gestão universitária da UFPB", foi possível aproximar-se dos prejuízos econômicos causados pela evasão a gestão universitária da UFPB e foram utilizadas as informações fornecidas pelo NTI, para conseguinte se calcular a perda anual no período de 2007 a 2012, chegando a valores nominais do prejuízo referente a cada ano e a um montante final.

No mesmo período, a UFPB teve um prejuízo em torno de R\$ 415.032.704,52 (Quatrocentos e quinze milhões, trinta e dois mil, setecentos e quatro reais e cinquenta e dois reais). Essa perda limita a atuação da gestão na UFPB, porque os gestores precisam manter a mesma estrutura física, corpo docente e quadro de funcionários com menos recursos e isso compromete a qualidade do ensino que é ofertado.

Para atender ao quarto objetivo de detectar através de variáveis estatísticas quais os centros com os maiores e menores indicadores de evasão na UFPB, foram utilizadas medidas estatísticas básicas, como a média, o desvio padrão e o coeficiente de variação. E identificou-se que os centros com as maiores médias no período descrito foram em primeiro lugar o CCEN, seguido do CCHLA e em terceiro o CCAE. Já os centros com as menores médias foram o CCM, CCJ e CCSA.

O quinto objetivo que é verificar, na opinião dos gestores educacionais da UFPB os principais prejuízos provocados pela evasão nesta instituição de ensino superior, detectou na opinião dos gestores educacionais da UFPB que os principais prejuízos giram em torno da perspectiva econômica e social e os seus efeitos vão desde a limitação financeiramente da UFPB até ao não cumprimento da missão da universidade. Desse modo, os prejuízos afetam o indivíduo, a UFPB, a sociedade, o governo e todas estas vertentes influenciam na decisão de continuar ou abandonar o curso.

Para tanto, conclui-se que a UFPB possui uma visão ampla do fenômeno dentro do contexto gerencial e educacional. Essa visão limita a atuação da gestão, tendo em

vista, que a evasão exige uma visão direcionada e especifica. Porque, assim como a universidade de divide por área de conhecimento com seus respectivos centros de educação, ocasiona para cada área características distintas uns dos outros, desde o perfil do aluno, quanto à estrutura dos cursos e corpo docente. Como se constatou, a evasão acontece de maneiras diferentes em cada centro, pois, o abandono varia conforme a subjetividade e contexto em que esta inserida. E essa situação demanda da gestão uma percepção individual, contínua e assim orientar as suas ações e estratégias de combate à evasão dentro da UFPB.

Outro aspecto que chamou a atenção foi que o REUNI, não alcançou a meta de 90% da taxa de sucesso ou de conclusão dos cursos, como fora estipulado pelo programa em 2008, identificou-se que sete centros aumentaram as suas taxas de evasão o que demonstra o insucesso do programa quanto à meta citada. No entanto, não foi possível identificar as causas que levaram a essa elevação dos índices de abandono, pois, este aspecto não era o foco do referido trabalho.

Como alternativa de minizar a evasão escolar no ensino superior, na UFPB em particular, recomenda-se que,

- a) Anteriormente ao momento do ingresso efetivo dos estudantes, a UFPB em parceria com as instituições de ensino superior privadas, promovam eventos onde possam expor e explicar as características de cada curso, com as suas respectivas particularidades, características, finalidade, perfil do futuro profissional, atuação no mercado de trabalho, disciplinas, o currículo entre outras informações de suma importância. Essa exposição seria realizada no período de seleção da UFPB, possibilitando aos alunos que não conhecem o curso obter maiores informações antes de fazer a sua opção de ingresso.
- b) Grupos e coordenadores, professores e alunos realizassem visitas às escolas públicas e privadas com a intenção de promover as informações necessárias sobre os cursos da universidade.
- c) Após o ingresso, no período de matrícula poderia ser aplicado um questionário socioeconômico e cultural, com a intenção de identificar qual o perfil do aluno ingressante nos cursos da UFPB. Esta medida seria aplicada no momento em que o aluno realizasse a matrícula online e como requisito

obrigatório teria que responder ao questionário socioecômico para finalizar a matrícula e assim iniciar o curso. Esta seria uma ação que exigiria da instituição poucos recursos financeiros e humanos, essas informações ficariam em um banco de dados sob a responsabilidade de cada coordenação ou diretoria dos seus respectivos cursos, assim, as coordenações poderiam cuidar de cada motivo da evasão de forma particular, sem centralizar todos os dados a reitoria da instituição de ensino superior.

- d) Aplicar um questionário três vezes por semestre no início, meio e ao fim do semestre com o objetivo de avaliar, a satisfação, insatisfação, expectativa do aluno no decorrer do semestre e analisar se as expectativas foram atendidas ou não. O questionário iria avaliar o aluno, o curso, o professor, a estrutura e a coordenação e o principal motivo de aplicar o questionário seria para identificar quais as sugestões dos alunos para suprir as dificuldades descritas por eles.
- e) A UFPB poderia fazer o acompanhando do aluno, nas questões da falta, assim como a quantidade de trancamentos, reprovações e cancelamentos, e se necessário entrariam em contato com o aluno para identificar a causa da situação acadêmica do mesmo. Na tentativa de encontrar soluções dentro do regimento da universidade uma possibilidade de o aluno permanecer no curso e chegue a conclui-lo com sucesso.
- f) Equipe responsável pelos trancamentos, transferências, cancelamentos e caso o aluno desejasse sair, a equipe centralizaria estas informações. Pois, ficariam responsáveis em identificar as possíveis causas assim como proporcionar oportunidades e meios para que esse aluno não tranque ou cancele o curso.
- g) Reaproveitar a equipe de professores para atuar como tutor com a intenção de reforçar o apoio em sala de aula, garantindo que o professor titular possa se concentrar em sua aula oferecendo uma aula de qualidade e o professor tutor seria para tirar as dúvidas e auxiliar nas atividades dentro e fora de sala de aula. Diminuindo o índice de evasão por não conseguir acompanhar o curso.
- h) A instituição oferecer flexibilidade com relação à mudança de turno entre,
 manhã, tarde e noite. Para que essa meta seja alcançada seria necessário

pensar na reestruturação do currículo, diminuir a rigidez e aproveitar as disciplinas em caso de mudança de curso.

Enfim, a pesquisa apresenta que a evasão é um fenômeno especial devido a todas as características apresentadas até o momento e, portanto, merece atenção específica e contínua, por parte da gestão universitária. Acompanhando o aluno durante a sua trajetória acadêmica dentro da UFPB, prevenindo assim uma possível evasão. Em razão disso, a análise do fenômeno da evasão por centros de estudo permitiu a efetivação de realização de outros estudos sobre o tema como, por exemplo, analisar o comportamento da evasão nos centros de educação e de ciências médicas, devidos as peculiaridades existentes em cada um deles.

7. Referências

ABMES – Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **Evasão e Retenção**: Problemas e Soluções. 2013. Disponível em: http://goo.gl/XI4DPf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

ADACHI, Ana Amélia Chaves Teixeira. **Evasão e Evadidos nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2009. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

ALMEIDA, Onília Cristina de Souza de et al. **Evasão em Cursos a Distância**: Fatores Influenciadores. Revista Brasileira de Orientação Profissional. Jan-Jun. 2013, vol. 14, nº 1, 19-33.

ANDRIOLA, Wagner. Fatores Associados à Evasão Discente na Universidade Federal do Ceará (UFC) de acordo com as Opiniões de Docentes e de Coordenadores de Cursos. Revista Iberoamericana sobre calidad, eficácia y Cambio em Educación (2009) v. 7, nº 4. ISSN: 1696-4713. Disponível em: http://goo.gl/61T28z. Acesso em: 09 dez.

ARAGÃO, Júlio. Introdução aos Estudos Quantitativos Utilizados em Pesquisas Científicas. Revista a Práxis, ano III, n. 6. Agosto de 2011. 59 p.

ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de; RODRIGUES, Iveti Magalia Caetano. **Novos Modelos de Gestão das Universidades**: desafios emergentes. IX Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis-Brasil. Novembro de 2009.

AVALIAÇÃO Institucional – Relatório 2011. Universidade Federal da Paraíba. CPA. SINAES. João Pessoa. Março de 2012. Disponível em: ????

AZEVEDO, Reinaldo. **Investimento de 10% do PIB em Educação não passa de uma caríssima demagogia barata**; sem uma profunda reforma do sistema, haverá só aumento da ineficiência; Brasil já gasta uma fábula na área. Veja. 2014. Disponível em: http://www.veja.abril.com.br. Acesso em: 05 jun. 2014.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos. **Evasão e Avaliação Institucional**: uma Discussão Bibliográfica. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação na área de Educação. Campinas/SP: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2010.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos; LOPES, Doraci Alves. **Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior**: uma Discussão Bibliográfica. Avaliação. Campinas; Sorocaba, SP. v. 16, n.2, p. 355-374, jul. 2010. Disponível em: ">http://goo.gl/

BARDAGI, Marúcia Patta. **Evasão e Comportamento Vocacional de Universitários**: estudos sobre o Desenvolvimento de Carreira na Graduação. 242 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Abril 2007.

BELFIELD, Clive R. LEVIN, Henry. **The Economic Losses From High School Dropouts in California**. UC Santa Barbara. Gevitz Graduate School of Education, 2007.

BELLONI, Maria Luiza. **Ensaio Sobre a Educação a Distância no Brasil**. Educação e Sociedade, ano XXIII, nº 78, Abril/2002.

BIVAR, Wasmália Socorro Barata. **População brasileira ultrapassa marca de 200 milhões, diz IBGE**. Jusbrasil. Disponível em: http://goo.gl/L3ErTq. Acesso em: 16 jan. 2014.

BORGES, Priscila. **Em 2012, 1,6 milhão de crianças e adolescentes abandonaram a escola**. IG. 2013. Disponível em: http://goo.gl/UCQlM3. Acesso em: 16 jan. 2014.

BORGES, Priscilla. **Metade das Vagas no Ensino Superior não foi ocupada em 2009**. 2011. IG. Disponível em: http://goo.gl/CEUW5t. Acesso em: 17 jan. 2014.

BORGES, Dobson Ferreia. **Os Es da Gestão**: Pilares Definitivos para o Sucesso Pessoal e Empresarial. São Paulo: Ser Mais, 2013.

BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Evasão Escolar**: Causas e Efeitos Psicológicos e Sociais. 1985. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Psicologia Educacional. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1985.

CASTRO, Luciana Paula Vieira. MALACARNE, Vilmar. **Evasão Escolar**: Um Estudo nas Licenciaturas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus Cascavel. Seminário de Pesquisa do PPE, Maringá. 13 f. p. 1 -13. 2011.

CASTRO, Alessandro de. Gestão Financeira: a Sustentabilidade Financeira e a Interação Acadêmica nas Instituições de Ensino Superior. In: COLOMBO, Sonia Simões (Org.). **Gestão Universitária**: os Caminhos Para a Excelência. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 179-197.

CENSO da Educação Superior de 2011 - Resumo Técnico 2011. Abril 2013. Disponível em http://goo.gl/yI14RL. Acesso em 20 de abril de 2014 às 01:57.

CENSO da Educação Superior de 2009 - Resumo Técnico 2010. Instituto Lobo para o Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia. Disponível em: http://goo.gl/bganUg. Acesso em: 04 dez. 2013.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE EVASÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BASILEIRAS. Diplomação, Retenção e Evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. 1996. Disponível em http://goo.gl/tN4WzE. Acesso em: 12 dez. 2013.

CLEMENTE. Aldemir et al. **Utilização de Métodos Quantitativos em Pesquisa Cientifica**: O Caso da Associação Brasileira de Custos. ABCustos Associação Brasileira de Custos - Vol. V n° 2 - mai/ago 2010 ISSN 1980-4814.

CRAVO, Ana Cristina. **Análise das Causas da Evasão Escolar do Curso Técnico de Informática em uma Faculdade de Tecnologia de Florianópolis**.bRevista GUAL, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 238-250, ago. 2012. ISSN. 1983-4535.

_____. Decreto n° 6.094, de 24 de Abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica

EZCURRA, Ana Maria. Masificación y ensenãnza superior: uma inclusión excluyente. Algumas hipótesia y conceptos clave. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; LAMARRA, Norberto Fernandez (Org). **Reformas e democratização da educação superior: no Brasil e na América Latina.** Aparecida, SP: Ideias Letras, 2011.

FERNANDES, Jocimar; FERREIA, Ailton da Silva; NASCIMENTO, Denise Cristina de Oliveira; SHIMODA, Eduardo; TEIXEIRA, Giovany Frossard. **Identificação de Fatores que Influenciam na Evasão em um Curso Superior de Ensino a Distância** V. 4. Nº 16. p. 80-91. 2010.

FIALHO, Marillia Gabriella Duarte; VIEIRA, Maria das Graças; PRESTES, Emília Maria da Trindade. Cultura organizacional Algo Único e Distinto em um Contexto Particular: um Estudo de Caso na Universidade Norte do Paraná. Colóquio Internacional de Pesquisa em Educação Superior: Políticas de Inclusão e Igualdade Social. João Pessoa: UFPB, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: mm Guia para Iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FRANCO, Lila Louise Moreira Martins; MORAES, Karine Nunes de. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na UFG: O processo de Formulação, Aprovação e Implantação. In: JEZINE, Edineide; BITTAR, Mariluce (Orgs.). **Políticas de Educação Superior no Brasil**: expansão, acesso e igualdade social. João Pessoa: UFPB, 2013.

FREITAS, Katia Siqueira de. **Gestão educacional e Evasão de Estudantes**. Universidade Federal da Bahia. Setembro de 2007. Disponível em: http://goo.gl/rtzue2>. Acesso em: 16 dez. 2013.

FREITAS, Kátia Siqueira. **Alguns Estudos sobre Evasão e Persistência de Estudantes**. Eccos — Revista Científica. São Paulo, v. II, nº I, p. 247-264, 2009. Disponível em: http://goo.gl/hVGFIF>. Acesso em: 01 dez. 2013.

GOIRIS, Murilo Cardoso; REINERT, José Nilson; GUBIOTTI, Bruno. Influência da Falta de Informação na Evasão Escolar na Percepção dos Coordenadores de Curso de

Graduação do CCHS/UFMS. Iniciação Cientifica CESUMAR. V. 14. n. 2, p. 179-189. Novembro de 2012. Disponível em: http://goo.gl/hgcFuy>. Acesso em: 14 dez. 2013.

GÓIS, Antônio; WEBER, Demétrio. **Evasão no Ensino Médio afeta crescimento do Nível Superior**. Insper. Disponível em: http://goo.gl/TP06jO>. Acesso em: 18 dez. 2013.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.35, n. 2, p. 57-63. Março de 1995.

GRAY, David E. Pesquisa no Mundo Real. 2 ed. Porto Alegre. Penso, 2012.

HERMIDA, Jorge Fernando. **A Reforma Educacional no Brasil (1988-2001)**: Processos Legislativos, Projetos em Conflito e Sujeitos Históricos. João Pessoa-PB: Editora Universitária da Paraíba, 2011.

HOSSLER, Don; ZISKIN, Mary; MOORE III, John; WAKHUNGU, Phoebe K. **The Role of Institutional Pratices in College Student Persistence**. Association for Institutional Research (AIR) is Seattle, WA, 2008.

INSTITUTO Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico, Censo da Educação Superior de 2011. Brasília: INEP/MEC. Disponível em: http://goo.gl/89AehP>. Acesso em: 02 nov. 2013.

JAVIER, Francisco; MALLADA, Ribaya. La Gestión del Absentismo Escolar. Anuario Jurídico y Económico Escurialense, XLIV (2011) 579-596/ ISSN: 1133-3677.

JOSEPH. Danna Diaz. **Hispanic Dropouts Speak Out**: A Study of Hispanic Youth and Their Experiences in the Public School System. (The Dissertation) The University of Texas at Austin. December 2004.

LARRATE, Marco. **Governança Corporativa e Remuneração dos Gestores**. São Paulo: Atlas, 2013.

LATIESA, Margarita. La Deserción Universitaria. Madrid: As de España, 1992.

LEHR et al. **Essential Tools** - Increasing Rates of School Completions: Moving From Policy and Research to Practice. A Manual for Policymakers, Administrators, and Educators. University of Minnesota, 2004.

Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Disponível em: http://goo.gl/nKMVFJ>. Acesso em: 04 nov. 2011.

LIMA, João Batista Gomes de; OLIVEIRA, Ricardo Daher. **Estudo da Evasão Escolar do Ponto de Vista Econômico:** o Caso dos Centros Universitários Camilianos do Brasil. Inter Science Place. Ano 3, nº 12, Março/Abril- 2010.

LOBO, Roberto Leal; SILVA FILHO; MONTEJUNAS, Paulo Roberto et al. **A Evasão no Ensino Superior Brasileiro**. v. 37, n. 132, p. 641-659. 2007. Cadernos de Pesquisa. Disponível em: http://goo.gl/qHsfr5> Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Esclarecimentos Metodológicos sobre os Cálculos de Evasão**. Instituto Lobo. 2012. Disponível em: http://goo.gl/qYmbcK>. Acesso em: 18 dez. 2013.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Panorama da Evasão no Ensino Superior Brasileiro: Aspectos Gerais das Causas e Soluções. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. Cadernos nº 25. Dezembro de 2012. Disponível em: http://goo.gl/rOPh8D>. Acesso em: 09 dez. 2013.

LOPES, Noêmia. **Como Combater o Abandono e a Evasão Escolar**. Nova Escola e Gestão Escolar. Abril/maio 2010. Disponível em: http://goo.gl/gn3xzP>. Acesso em: 27 dez. 2013.

MACHADO, Tainara; MÁXIMO, Luciano. **Valor Econômico (SP)**: gasto Público por Aluno é muito menor no Ciclo Básico. IPEA. Disponível em: http://goo.gl/xi4hZx. Acesso em: 26 dez. 2013.

MARTINS, Cleide Beatriz Nogueira. **Evasão de alunos nos Cursos de Graduação em uma Instituição de Ensino Superior**. 116 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Mestrado Profissional de Administração da Fundação Dr. Pedro Leopoldo. 2007

MARTINS, José do Prado. **Gestão Educacional**: uma abordagem crítica do processo Administrativo em Educação. 4 ed. Ver., atual. E ampliada. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MCCUBBIN, Ian. An Examination of Criticisms made of Tinto's 1975 Student Integration Model of Attrition. February 2003.

MCNEIL, Linda McSpadden et al. **Education Policy Analysis Archives**: High – Stakes Accountability and the Dropout Crisis. College of Education University of South Florida. v. 16, n°. 3. 2008. ISSN 1068-2341.

MOEHLECKE, Sabrina. **Avaliação Institucional no Ensino Superior**: como acompanhar a trajetória dos estudantes de Graduação?. 2007. Disponível em: http://goo.gl/wCby6w. Acesso em: 16 dez. 2013.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília – UCB. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. Brasília – DF. Março 2003. Disponível em: < http://goo.gl/nXhwVy. Acesso em: ???

MOROSINI, Marília Costa et al. **A Evasão na Educação Superior no Brasil**: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos *Qualis* entre 2000-2011. Porto Alegre/RS – Brasil. Faculdade de Educação – FACED. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS. 10 f. p.1-10, 2011.

NAEPE. Núcleo Avançado em Experimentação e Pesquisa Estatísticas. Análise da Evasão Escolar nos Cursos de Graduação da UFPB no Período de 2002 a 2012. Departamento de Estatística. UFPB, 2013.

NASSAR, Silvia M.; NETO, Eugênio Rovaris; CATAPAN, Araci Hack; PIRES, Maria Marlene de Souza. **Inteligência Computacional Aplicada à Gestão Universitária**: Evasão Discente. 2004. Universidade Federal de Santa Catarina. Brasil.

NCES. National Center for Education Statistics. Disponível em: https://nces.ed.gov/. Acesso em: 25 mar. 2014.

NETO, Orion Augusto Plat; CRUZ, Flávio da; PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Utilização de Metas de Desempenho Ligadas à Taxa de Evasão Escolar nas Universidades Públicas**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade – REPEC. Brasília. n 2. v 2, art. 4, p. 54-74. ISSN 1981-8610, 2008.

NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão?. *Psic.: Teor. e Pesq.* [online]. 2006, vol.22, n.2, pp. 201-209. ISSN 0102-3772.

NORA LUNA, M. Ed. **Understanding graduation e Dropout Rate Calculations**. University of Nevada Cooperative Extension, 2003.

NOVAES, Diva Valério; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva. **Estatística para Educação Profissional e Tecnológica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OCDE. Education at a Glance 2013: OCDE Indicators.2013. Disponível em: http://goo.gl/GYBHhV. Acesso em: 15 mar. 2014.

OLIVEIRA, Romualdo; ADRIÃO, Theresa (Orgs). **Organização do Ensino no Brasil**: Níveis e Modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2 ed. – São Paulo: Xamã, 2007. 167 p.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Educação Superior e inclusão social na América Latina: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: ______; LAMARRA, Norberto Fernandez (Org). **Reformas e democratização da educação superior**: no Brasil e na América Latina. Aparecida, SP: Ed. Ideias Letras, 2011. P 53-96.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. Educação Superior: o Público e o Privado na Produção do Trabalho e da Vida Acadêmica. In: _____ ADRIÃO, Theresa; VERA, Peroni. **O Público e o privado na Educação**: interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.

PEREIRA, Fernanda Cristina Barbosa. **Determinantes da Evasão de Alunos e os Custos Ocultos para as Instituições de Ensino Superior**: uma Aplicação na Universidade do Extremo Sul Catarinense. 2003. 172 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

PEREIRA JUNIOR, Edgar. Compromisso com o Graduar-se, com a Instituição e com o Curso: Estrutura Fatorial e Relação com a Evasão. 2012. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2012.

PESQUISA Nacional Por Amostra de Domicílios. Síntese de indicadores, 2009. Disponível em: http://goo.gl/SdjtPW>. Acesso em: 04 dez. 2013.

_____ Ver observação sobre este traço. Plano Nacional de Educação (2011-2020) – Aprova o PNE para o decênio 2011-2020, e dá outras previdências. Disponível em: http://goo.gl/tCCc46. Acesso em: 04 nov. 2013.

Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Paraíba. 2009-2012. João Pessoa. 2010. Disponível em: http://goo.gl/0RXEQI. Acesso em: 29 nov. 2013.

Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE. Disponível em: http://goo.gl/fKkxT5. Acesso em: 11 nov. 2013.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. **O Trancamento de Matrícula na Trajetória Acadêmica do Universitário**: condições de Saída e de Retorno à Instituição. 2000. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação — Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2000.

PRESSE, Da France. EUA lançam campanha contra evasão escolar e poderá fechar colégios. Globo. 2013. Disponível em: http://goo.gl/pnzKoC.html. Acesso em: 18 dez. 2013.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico**: do Planejamento aos Textos, da escola à Academia. 4 ed. São Paulo: Rêspel, 2012. 312p.

PROGRAMA de Combate à Retenção e Evasão da Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: http://goo.gl/TNSg5k>. Acesso em: 25 nov. 2013.

PROGRAMA PENSE, PESQUISE E INOVE A UFBA – PROUFBA. Edital Propci – Proext –Prop/UFBA 01/2011 – PROUFBA. Coordenação de Pesquisa e Criação, versão 2. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: http://www.moodle.ufba.br/>. Acesso em: 11 nov. 2013.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano. 2012. Disponível em: http://goo.gl/r5GMqC. Acesso em: 10 mar. 2014.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Marcia Gardênia Monteiro de. **Um Toque de Clássicos**: Marx, Durkheim, Weber. Ed. 2. Revista Atualizada. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

RELATÓRIO de Primeiro Ano – Reuni – 2008. Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. MEC/ SESU e DIFES. 2009. Disponível em: http://goo.gl/lQHUKf. Acesso em: 28 nov. 2013.

RELATÓRIO Anual de Desempenho, 2011/2012. Disponível em: http://goo.gl/NCXh95. Acesso em 04 de Dezembro de 2013 às 10h30minhrs.

RELATÓRIO de Desenvolvimento Humano 2010. Disponível em: http://goo.gl/xKD7Gh. Acesso em 04 de Dezembro de 2013 às 13h31min.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2008. Ministério da Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, Março de 2008.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2009. Ministério da Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, Março de 2010.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2010. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, Março de 2011. Disponível em: http://goo.gl/AQ1JnJ>. Acesso em: 10 jan. 2014.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2011. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, Março de 2012. Disponível em: http://goo.gl/I5cnba. Acesso em: 10 jan.2014.

RELATÓRIO de Gestão: Exercício 2012. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, Março de 2013. Disponível em: http://goo.gl/zONula>. Acesso em: 10 jan. 2014.

RELATÓRIO de Gestão- REUNI/UFPB. 2012. Disponível em: http://goo.gl/QwvFnK>. Acesso em: 12 jun. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SÃO PAULO, Folha. **Apenas 46% dos universitários do país se formam em quatro anos. 2011**. Cotidiano. Disponível em: http://goo.gl/EpQHtT. Acesso em: 17 jan. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação**: LDB, Trajetórias, limites e perspectivas. 12 ed. Revista — Campinas, SP: Autores Associados, 2011. — (Coleção educação contemporânea).

SCALI, Danyelle Freitas. Evasão nos Cursos Superiores de Tecnologia: a Percepção dos Estudantes sobre seus Determinantes. 2009.140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SILVA, Jaqueline Luzia da; BONAMINO, Alicia Maria Catalano de; RIBEIRO, Vera Masagão. **Escolas eficazes na educação de jovens e adultos**: estudo de casos na rede municipal do Rio de Janeiro. *Educ. rev.* [online]. 2012, vol.28, n.2, pp. 367-392. ISSN 0102-4698

SILVA FILHO; LOBO, Roberto Leal. HIPÓLITO, Oscar. LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. MOTEJUNAS, Paulo Roberto. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas. set/dez. - 2007— v.37, nº 132. Disponível em: http://goo.gl/k4ciUF>. Acesso em: 04 dez. 2013.

SILVA FILHO, José Pereira da. (se for o mesmo da referência anterior, colocar o traço e complementar o nome anterior da referência anterior) As Reprovações em Disciplinas Nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) no Período de 2000 a 2008 e suas Implicações na Evasão Discente. 2009. 70 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Universidade Federal do Ceará. 2009.

_____. LOBO, Roberto Leal. **Índices Anuais de Evasão**. Blog Roberto Lobo. 2011. Disponível em: http://goo.gl/g6D8iU. Acesso em: 04 nov. de 2013.

SOUZA, Irineu Manoel de. Contribuições para a Construção de uma Teoria de Gestão Universitária. In: SILVEIRA, Amélia; DOMINGUES, José Carvalho de Souza (Coords.). **Reflexões sobre Administração Universitária e Ensino Superior**. Edifurb: Blumenau. 2010.

SILVERMAN, David. **Interpretação de Dados Qualitativos**: Métodos para Análise de Entrevistas, textos e Interações. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 376 p.

SWANSON, Christopher B. **Keeping Count and Losing Count**: Calculating Graduation Rates for All Students under NCLB Accountability. Education Policy Center The Urban Institute. Columbia University on June 3, 2003.

TESTEZLAS, Roberto. **Agricultural Engineering At Unicamp**: undergraduate Student Dropout Analysis. Eng. Agríc. Jaboticabal, v. 30, n. 6, p. 1160-1164. Nov/dez 2010. ISSN 0100-6916. Disponível em: http://goo.gl/WvsFlq>. Acesso em: 11 dez. 2013.

TINTO, Vincent. (2006). **Research and practice of student retention**: what is next? Journal of college student retention, Vol. 8, No. 1 p. 1-19, 2006.

TINTO, Vicent; PUSSER, Brian. **Moving from theory to action: Building a model of institutional action for student success**. Washington, DC: National Postsecondary Education Cooperative. June 2006 draft available at.

Dropouts from higher education : a theorical syntesis of recente research.	Review
of education research. Winter 1975. Vol. 45, n°.1, pp 89-125.	

_____; CULLEN, John. **Dropout in higher education**: a review and theoretical synthesis of recent research. Review of Educational Research. Columbia Univ. New York, Teachers College. Office of Education (DHEW), Washington, D.C. Office Planning, Budgeting, and Evaluation. 30 Jun. 1973.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento:** Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico. 21 ed. (faltou o lugar): Libertad, 2010 – Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1.

VIVES. Fernando. **O Gargalo do Ensino Superior**. ABMES. Disponível em: http://goo.gl/HzbV8X. Acesso em: 04 dez. 2013.

WAINER, Jacques. **Métodos de Pesquisa Quantitativa e Qualitativa para a Ciência da Computação**. Instituto de Computação – UNICAMP. Unisinos. 2010. Disponível em: http://goo.gl/HAEIsQ. Acesso em: 15 jun. 2012 .

ANEXOS

Perguntas norteadoras da entrevista

- 4) Quais os principais prejuízos que a evasão escolar provoca para a UFPB?
- 5) Quais os principais prejuízos que a evasão escolar provoca para a sociedade?
- 6) O que você sugere para que este fenômeno seja minizado dentro da UFPB?

QUADRO XXVII - CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFPB – 2013				
CAMPUS I				
Código INEP	Curso	ESP	TURNO	Situação
	CENTRO DE BIOTECNOLOGIA - CBIOTEC			
1189062	BIOTECNOLOGIA	BACH	D	Ativo
	CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - O	CCEN		
33772	CIÊNCIAS - BIOLOGIA	LP	N	Em extinção
33112	CIENCIAS - DIOLOGIA	LI	11	Em
34805	CIÊNCIAS - MATEMATICA	LP	D	extinção
27275	CIÊNCIAS – QUÍMICA	LP	D	Em
118068		LP		extinção
			D/N	Ativo
13399		LP	D/N	Ativo
313399	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BACH	D	Ativo
	ESTATÍSTICA	BACH	D	Ativo
118070		LP	D/N	Ativo
	FÍSICA	BACH	D/N	Ativo
	FÍSICA	LP		Ativo
13406	GEOGRAFIA	LP	N	Ativo
	GEOGRAFIA	BACH	D/N	Ativo
13402		LP	??	Ativo
	MATEMÁTICA	LP	D/N	Ativo
	MATEMÁTICA	BACH		Ativo
	QUÍMICA	LP	?	Ativo
13404		LP	?	Ativo
	CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CC	HL		
13459	CIÊNCIAS SOCIAIS	BACH	D	Ativo
1110230	CIENCIAS SOCIAIS (LIC)	LP	N	Ativo
13409	FILOSOFIA	LP	N	Ativo
313409	FILOSOFIA	BACH	N	Ativo
13415	HISTÓRIA	LP	D/N	Ativo
80600	HISTÓRIA - MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO	LP	D	Ativo
116830	LETRAS - LETRAS CLÁSSICAS (GREGO E LATIM)	LP	N	Ativo
107553	LETRAS - LÍNGUA ESPANHOLA	LP	D	Ativo
107552	LETRAS - LÍNGUA FRANCESA	LP	D/N	Ativo
107549	LETRAS - LÍNGUA INGLESA	LP	D/N	Ativo
107548	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	LP	D/N	Ativo
44112	A DEED AG A MAGALA DODENIGANGA		TO /0.1	Em
44113	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA LETRAS - LETRAS VERNÁCULAS E LINGUA ESTRANGEIRA	LP	D/N	extinção Em
44114	MODERNA	LP	D/N	extinção
	LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS ÀS NEGOCIAÇÕES		_	
122928	INTERNACIONAIS	BACH	D	Ativo Em
26565	PSICOLOGIA	LP	D	Em extinção
26566	PSICOLOGIA - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGOS	BACH	D	Em

				extinção
13413	PSICOLOGIA	ВАСН	D	Ativo
13417	SERVIÇO SOCIAL	ВАСН	D/N	Ativo
	TRADUÇÃO	ВАСН	D	Ativo
	ССЈ			
13398	DIREITO	BACH	D/V/N	Ativo
1110415	DIREITO (SANTA RITA)	BACH	D/N	Ativo
	ССМ			
13424	MEDICINA	BACH	D	Ativo
	CCS			
13423	EDUCAÇÃO FÍSICA	LP	D	Ativo
122288	EDUCAÇÃO FÍSICA	BACH	D	Ativo
44257	ENFERMAGEM	LP	D	Ativo
44258	ENFERMAGEM GERAL	BACH	D	Ativo
13421	FARMÁCIA	BACH	D	Ativo
44133	FARMÁCIA - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	BACH	D	Ativo
44134	FARMÁCIA - FARMACÊUTICO INDUSTRIAL	BACH	D	Ativo
13422	FISIOTERAPIA	ВАСН	D	Ativo
122918	FONOAUDIOLOGIA	BACH	D	Ativo
13425	NUTRIÇÃO	BACH	D	Ativo
13426	ODONTOLOGIA	ВАСН	D	Ativo
1123330	TERAPIA OCUPACIONAL	BACH	D	Ativo
	CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLCIADAS - CO	CSA		
13395	ADMINISTRAÇÃO	ВАСН	D/N	Ativo
113621	ARQUIVOLOGIA	BACH	N	Ativo
13396	BIBLIOTECONOMIA	BACH	D/N	Ativo
1127039	CIÊNCIAS ATUARIAIS	BACH	V/N	Ativo
13397	CIENCIAS CONTÁBEIS	BACH	D/N	Ativo
13394	CIENCIAS ECONÔMICAS	BACH	D/N	Ativo
1126958	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	BACH	D/N	Ativo
	CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES -	CCTA		
107438	ARTES VISUAIS	LP	D	Ativo
107440	ARTES VISUAIS	BACH	D	Ativo
1166771	CINEMA E AUDIOVISUAL	BACH	D	Ativo
1125641	COMUNICAÇÃO EM MÍDIAS DIGITAIS	ВАСН	V	Ativo
30652	COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO	ВАСН	D	Ativo
22457	COMUNICAÇÃO SOCIAL – RADIALISMO	BACH	D	Ativo
28408	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RELAÇÕES PÚBLICAS	BACH	N	Ativo
1191007	DANÇA (LICENCIATURA)	LP	D	Ativo
20410	EDIJOAGÃO ADTÍCTICA ADTEC CÊNICA C	1.0	D AY	Em
28410	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA - ARTES CÊNICAS	LP	D/N	extinção Em
28409	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA - ARTES PLÁSTICAS	LP	D/N	extinção
22000		1.5	DAI	Em
23899	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA – MÚSICA	LP	D/N	extinção

13411	MÚSICA	ВАСН		Ativo	
97039	MÚSICA	LP		Ativo	
97040	MUSICA – EDUCAÇÃO MUSICAL	LP		Em extinção	
97041	MUSICA - INSTRUMENTO E CANTO	LP		Em extinção	
123240	MÚSICA POPULAR	SEQ		Ativo	
123241	MÚSICA REGÊNCIA DE BANDAS E FANFARRAS	SEQ		Ativo	
107456	TEATRO	LP	D	Ativo	
407456	TEATRO	BACH	D	Ativo	
19562	TURISMO	BACH	N	Ativo	
43718	TURISMO - MARKETING TURÍSTICO	BACH	N	Ativo	
44014	TURISMO - PLANEJAMENTO E ORGANIZACAO DO TURISMO	BACH	N	Ativo	
	CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE				
116826	CIÊNCIAS DAS RELIGIOES	LP	V/N	Ativo	
1162838	CIÊNCIAS DAS RELIGIOES	BACH	N	Ativo	
13418	PEDAGOGIA	LP	D/V/N	Ativo	
122924	PEDAGOGIA - EDUCAÇÃO DO CAMPO	LP	N	Ativo	
113707	PEDAGOGIA - MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO	LP	D	Ativo	
122926	PSICOPEDAGOGIA	BACH	D	Ativo	
	CENTRO DE ENERGIAS ALTERANATIVAS E RENOVÁVE	IS - CEA	R		
1189063	ENGENHARIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	BACH	D	Ativo	
113609	ENGENHARIA ELÉTRICA	BACH	D	Ativo	
	CENTRO DE TECNOLOGIA - CT				
13427	ARQUITETURA E URBANISMO	BACH	D	Ativo	
113615	ENGENHARIA AMBIENTAL	BACH	D	Ativo	
13429	ENGENHARIA CIVIL	BACH	D	Ativo	
13428	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	BACH	D	Ativo	
113617	ENGENHARIA DE MATERIAIS	BACH	D	Ativo	
122934	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	BACH	N	Ativo	
19563	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO MECÂNICA	BACH	D	Ativo	
13430	ENGENHARIA MECÂNICA	BACH	D	Ativo	
113604	ENGENHARIA QUÍMICA	BACH	D	Ativo	
13431	QUÍMICA INDUSTRIAL	BACH	D	Ativo	
	CAMPUS II - AREIA				
	CCA			ı	
13454	AGRONOMIA	BACH	D	Ativo	
397767	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BACH	D	Ativo	
97769	CIENCIAS BIOLOGICAS	LP	D	Ativo	
113709	MEDICINA VETERINÁRIA	BACH	D	Ativo	
313404	QUÍMICA	BACH	N	Ativo	
1161324	QUÍMICA	LP	N	Ativo	
5000897	QUÍMICA	BACH	N	Ativo	
13403	ZOOTECNIA	BACH	D	Ativo	
	CAMPUS III - BANANEIRAS				

CCHSA				
13455	ADMINISTRAÇÃO	ВАСН	D/N	Ativo
1167933	AGROECOLOGIA	ВАСН	D	Ativo
80589	AGROINDÚSTRIA	ВАСН	D	Ativo
13457	CIENCIAS AGRÁRIAS	LP	D	Ativo
109626	PEDAGOGIA	LP	D/N	Ativo
	CAMPUS IV- LITORAL NORTE (MAMANGUAPE E RIO	TINTO)		
	CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO -	CCAE		
107348	ANTROPOLOGIA E CULTURAS INDÍGENAS	BACH	N	Ativo
107349	ANTROPOLOGIA- ANTROPOLOGIA SOCIAL	BACH	N	Ativo
107350	ANTROPOLOGIA- ANTROPOLOGIA VISUAL	BACH	N	Ativo
98976	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BACH	N	Ativo
98984	CIÊNCIA DA COMPUTACAO	LP	D	Ativo
107352	DESIGN	BACH	D	Ativo
98980	ECOLOGIA	BACH	D	Ativo
S/CÓDIGO	GASTRONOMIA	??	D	Ativo
100220	HOTELARIA	BACH	D	Ativo
5000898	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	LP	D	Ativo
99045	MATEMÁTICA	LP	N	Ativo
107356	PEDAGOGIA	LP	N	Ativo
98982	SECRETARIADO EXECUTIVO BILÍNGUE	BACH	N	Ativo
107360	SISTEMA DE INFORMAÇÃO	BACH	D	Ativo
	CAMPUS V - REITOR LYNALDO CAVALCANTI DE ALBU	QUERQU	JE	
	CENTRO DE INFORMÁTICA - CI			
13401	CIÊNCIA DA COMPUTACAO	BACH	D	Ativo
1127164	ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO	BACH	D	Ativo
1162837	MATEMÁTICA COMPUTACIONAL	BACH	D	Ativo
	CENTRO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO REGIO	NAL - C	TDR	
1127907	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	TEC	V/N	Ativo
1127165	TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO SUCROALCOOLEIRA	TEC	V/N	Ativo
1125642	TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA	TEC	V/N	Ativo
UFPB VIRTUAL - CURSOS A DISTANCIA				
S/CÓDIGO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -UV	BACH	EAD	Ativo
113701	CIÊNCIAS AGRÁRIAS - UV	LP	EAD	Ativo
113699	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - UV	LP	EAD	Ativo
113705	CIÊNCIAS NATURAIS - UV	LP	EAD	Ativo
S/CÓDIGO	COMPUTAÇÃO - UV	LP	EAD	Ativo
109954	LETRAS - UV	LP	EAD	Ativo
1126690	LETRAS - LIBRAS - UV	LP	EAD	Ativo
109948	MATEMÁTICA – UV	LP	EAD	Ativo
109950	PEDAGOGIA – UV	LP	EAD	Ativo

Fonte: CPME/UFPB ABRIL-2013.